



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Maio
2015

N.º 80

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Rodolpho Santos Wolf

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná. Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

A ocorrência de alterações conjunturais de caráter intensivo na economia brasileira em 2015, muitas sendo justificadas como formas de correção ou redução da intensidade em relação aos erros da política econômica do governo federal após 2011, estão restringindo o desempenho da economia no país e no Estado.

Além dessas causas, também surgem, simultaneamente, outros fatores restritivos que, de forma direta ou indireta, igualmente afetaram a economia e o comércio: maior inflação do quadrimestre; juros crescentes do Banco Central e do sistema financeiro; queda no desempenho indústria; restrições ao financiamento de imóveis; balança comercial do país negativa; maior desemprego e redução na criação de novas oportunidades de trabalho.

Por outro lado, como o setor público tem sido, historicamente, um grande participante nos gastos de investimentos e na remuneração salarial, verifica-se em 2015, alterações importantes em termos de reduções nos investimentos e gastos públicos em geral, adoção de ajustes fiscais e vigência de correções salariais mais contidas. As mudanças nas políticas governamentais, nos três níveis de governo: federal, estadual e municipais, com a adoção de políticas de cunho restritivo, permitem ampliar as expectativas negativas para o ano.

Há uma tendência maior de queda nas vendas de bens duráveis na economia como um todo, e em especial, nos supermercados e hipermercados e nas lojas de departamentos. Como exemplos dessa categoria de bens estão os eletroeletrônicos, os eletrodomésticos, a linha branca e móveis. As expectativas negativas de grande parte dos consumidores em relação ao desempenho da economia no restante do ano e também para o 1.º semestre de 2016, estão relacionadas a queda na renda pessoal e familiar, incerteza quanto a manutenção futura dos empregos, maior tributação com ampliação da absorção de renda do consumidor pelo governo. Todos estes são fatores que levam as famílias, principalmente as classes de renda C, D e E, a priorizarem aquisição de bens básicos e não de bens duráveis. Verifica-se a opção por adiar a compra de produtos que não representam necessidade imediata ou não essenciais. Esse procedimento e essa realidade contribuem para que as vendas dos supermercados e hipermercados se concentrem em bens não duráveis e de menor valor agregado e unitário, como alimentos e produtos de limpeza e higiene. Houve queda significativa no ramo de “materiais de construção”, que perdeu muito da velocidade de crescimento anterior

A conjuntura econômica vigente preocupa pelo conjunto de restrições na economia. Algumas das restrições apresentam crescimento cumulativo em termos restritivos, mês a mês. Como exemplos estão: a) taxas de juros crescentes; b) inflação ascendente; c) balança comercial negativa; d) ramos importantes da indústria de transformação enfrentando bloqueios em um ambiente recessivo no âmbito interno e também, cumulativamente, no âmbito externo; e) investimentos públicos abaixo do necessário, prejudicando ainda mais a infra-estrutura; f) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor, impedindo-o de assumir novos financiamentos e tendo comprometida sua capacidade de pagamento; g) elevação nos preços administrados pelo governo: energia elétrica; água e saneamento, derivados de petróleo e etanol. As tarifas de transporte urbano e metropolitano foram aumentadas. A valorização recente do dólar em relação ao real-R\$, ainda não se refletiu em estímulo às exportações brasileiras, porque depende de providências de exportadores e importadores para negociação e “fechamento” de contratos para os novos negócios. Na verdade, são providências burocráticas e administrativas que consomem muito tempo. A participação de produtos de alto valor agregado e elevada tecnologia no total das exportações brasileiras, tem pequena representatividade percentual.

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas	05
I	Nível de Atividade Econômica	07
	1. Produto e Renda	07
	1.1 O PIB Total do Brasil e do Paraná	07
	1.2 O PIB do Brasil por Setores e Subsetores	08
	1.3 Demanda Agregada	09
	1.4 Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda	10
	2. Mercado de Trabalho	11
	2.1 Mercado de Trabalho Brasileiro	11
	2.2 Mercado de Trabalho Paranaense	12
	2.3 Taxa de Desemprego	13
	3. Nível de Salário	14
	3.1 Salário Mínimo no Brasil	14
	3.2 Salário Mínimo no Paraná	15
	4. Nível de Preços	16
	4.1 Introdução	16
	4.2 Meta da Inflação	16
	4.3 Taxa de Inflação	17
	5. Taxa de Juros e Poupança	18
	6. Mercado de Ações	19
	7. Risco País	20
	8. Variação do Dólar	21
II	Atividade Empresarial	22
	9. Comércio Varejista no Paraná	22
	9.1 Desempenho em fevereiro de 2015	22
	10. Abertura de Empresas no Paraná	26
	11. Falências Decretadas no Brasil	27
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	28
	12.1 Demanda de Crédito	28
	12.2 Inadimplência	28
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	29
III	Setor Público	31
	14. Arrecadação do Governo	31
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	32
	16. Superávit Primário	33
	17. O ICMS no Paraná	34
IV	Relações com o Exterior	35
	18. Comércio Exterior Brasileiro	35
	18.1 Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna	39
	19. Comércio Exterior Paranaense	40
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	44
	21. Dívida Externa Brasileira	45
	21.1 Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado	45
	22. Reservas Cambiais	46

TABELAS

01	Produto Interno Bruto	07
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	08
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	08
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	09
05	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	10
06	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	10
07	Brasil: Componentes da demanda no PIB	10
08	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	11
09	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	12
10	Brasil e Curitiba: Taxa de Desemprego	13
11	Brasil: Salário Mínimo	14
12	Paraná: Salário Mínimo	15
13	Índice de Preços	16
14	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	17
15	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	17
16	Poupança	18
17	Bolsa de Valores de São Paulo	19
18	Risco País	20
19	Variação do Dólar	21
20	Variação das Vendas em Fevereiro de 2015	24
21	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mês Anterior	25
22	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	25
23	Vendas Acumuladas no ano de 2015 Comparadas ao ano de 2014	25
24	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	26
25	Abertura de Empresas no Paraná	26
26	Falências no Brasil	27
27	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	28
28	Indicador Serasa Experian de Inadimplência	28
29	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	29
30	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
31	Participação da Carga Tributária no PIB	31
32	Dívida Pública Federal Interna	32
33	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
34	Paraná: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade	34
35	Brasil: Balança Comercial	35
36	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
37	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
38	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
39	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
40	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
41	Importações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
42	Brasil: Principais Produtos Exportados em 2015	40
43	Brasil: Principais Produtos Importados em 2015	40
44	Balança Comercial brasileira - com e sem petróleo e derivados - FOB	40
45	Paraná: Balança Comercial e Corrente de Comércio	42
46	Paraná: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	43
47	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	44
48	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	44
49	Paraná: Principais Países De Destino De Produtos	45
50	Paraná: Principais Produtos Exportados em 2015	45
51	Paraná: Corrente de Comércio	45
52	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	46
53	Paraná: Principais Empresas Exportadoras em 2015	46
54	Paraná: Principais Empresas Importadoras em 2015	46
55	Paraná: Exportação - Totais por Fator Agregado	47
56	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais em 2015	47
57	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	48
58	Dívida Externa Brasileira	49
59	Brasil: Participação da Dívida Externa	49
60	Brasil: Reservas Cambiais	50

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.1. O PIB Total do Brasil e do Paraná

A economia brasileira no 1.º trimestre de 2015 apresentou queda do PIB em relação ao mesmo trimestre de 2014: -1,6%. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, outubro – dezembro de 2014, o desempenho foi: PIB total: -0,2 e, setorialmente, os números foram; Agropecuária: cresceu 4,7%; Indústria: caiu 0,3% no trimestre; Serviços: também caiu 0,7%.

A participação dos três grandes setores da economia no PIB a custo de fatores (sem os impostos líquidos sobre cada setor), no 1.º trimestre de 2015 foi: Agropecuária: 5,66%; Indústria: 19,03%; Serviços: 60,47%. O Comércio teve participação no PIB total (sem os impostos líquidos) de 9,60%.

A demanda final em 2014 aponta, em valores correntes, uma redução na velocidade de crescimento do consumo das famílias mas, mesmo assim, é o componente da demanda agregada com maior participação na demanda final total. Por outro lado, a balança comercial ampliou o desempenho negativo no ano. Houve redução da capacidade de elevação do PIB via demanda final, devido o esgotamento do poder de compra e a queda nas exportações.

As políticas de aquecimento do governo federal demonstraram uma espécie de “fadiga” ou “esgotamento” que foi se acentuando desde o 3.º trimestre de 2012, mas que se intensificou em 2014, não exercendo o impacto esperado sobre o consumo das famílias. Para explicar essa “fadiga”, pode ser mencionado, além do esgotamento do poder de compra do consumidor e renda comprometimento da renda: a) juros crescentes, refletindo sobre demanda e preços; b) contenção das exportações; c) inflação ascendente.

Desde 2010, o crescimento do PIB de 2014 foi o menor. Essa queda em 2014 reflete os erros nas políticas econômicas adotadas pelo governo, principalmente no que se refere ao volume de gastos públicos. Num país em que a infraestrutura apresenta diversos gargalos, justifica-se a adoção de políticas estruturais, de médio e longo prazo, destinadas à superação de deficiências em: estradas, ferrovias, portos, energia, etc., que permitam ao sistema produtivo atender questões importantes para a expansão dos investimentos na economia.

No Paraná, o PIB real cresceu 0,8 % em 2014, maior que o crescimento do país.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	
	1	2	3	4	5	6	7
2005	2.171.736	10,88	3,1	126.677	3,47	0,0	5,83
2006	2.409.803	10,96	4,0	136.615	7,85	2,0	5,67
2007	2.718.032	12,79	6,0	161.582	18,28	6,7	5,94
2008	3.107.531	14,33	5,0	179.263	10,94	4,3	5,77
2009	3.328.174	7,10	-0,2	189.992	5,99	-1,3	5,71
2010	3.886.835	16,79	7,6	217.290	14,37	10,0	5,59
2011	4.374.765	12,55	3,9	239.366	10,16	5,7	5,47
2012	4.713.096	7,73	1,8	255.767	6,85	1,8	5,43
2013	5.157.569	9,43	2,7	287.966	12,59	4,6	5,58
2014	5.521.256	7,05	0,1	308.986	7,30	0,8	5,60

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 03/04/2015)

Paraná: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos – Produto Interno Bruto) (Consulta em 01/06/2015)

(1) Dados preliminares do IPARDES

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2014 1º Tri	2014/2013 Var (%)	2014 2º Tri	2014 3º Tri	2014 4º Tri	2015 - 1º TRI	
						2015 1º Tri	Participação % do Setor no PIB Total
AGROPECUÁRIA	76.290	0,4	75.227	62.810	48.019	79.648	5,66
INDÚSTRIA	263.629	-1,2	265.284	296.233	279.576	267.921	19,03
1. Extrativa mineral	49.866	8,7	45.999	47.119	45.125	31.657	2,25
2. Transformação	116.473	-3,8	123.668	142.980	131.800	121.264	8,61
3. Construção civil	73.133	-2,6	74.808	80.035	78.699	28.269	2,01
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	24.158	-2,6	20.809	26.099	23.952	86.731	6,16
SERVIÇOS	786.873	0,7	819.549	843.993	901.423	267.921	60,47
1. Comércio	138.874	-1,8	139.063	144.688	147.956	135.222	9,60
2. Transporte, armazenagem e correio	49.845	2,0	52.485	55.844	54.551	52.379	3,72
3. Serviços de informação	41.937	4,6	42.983	43.887	46.981	42.918	3,05
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	78.359	0,4	76.525	79.133	81.481	88.766	6,30
5. Outros serviços (2)	182.778	0,1	197.136	206.756	214.865	130.979	9,30
6. Atividades imobiliárias e aluguel	116.509	3,3	118.766	122.232	125.237	199.523	14,17
7. Administração, saúde e educação públicas	178.569	0,5	192.590	191.453	230.352	201.665	14,32
Impostos líquidos sobre produtos	195.514	-0,3	195.312	194.477	217.049	208.989	14,84
PIB : preços de mercado	1.322.305	0,1	1.355.372	1.397.513	1.446.066	1.408.009	100,00

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 01/06/2015)

TABELA 3 – BRASIL: VARIÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2012	--	1,8	-2,5	0,1	2,4
1º Tri	1,6	0,2	-17,5	0,1	0,7
2º Tri	0,8	0,5	11,8	-2,1	0,9
3º Tri	2,3	1,3	10,5	2,2	0,9
4º Tri	2,3	0,4	-7,1	-1,4	0,8
2013	--	2,7	7,9	1,8	2,5
1º Tri	2,6	0,7	5,2	1,0	-0,2
2º Tri	3,9	1,2	1,6	2,3	1,7
3º Tri	2,4	0,1	-2,3	-0,4	0,2
4º Tri	2,1	0,1	-0,8	-0,2	0,2
2014	--	0,1	0,4	-1,2	0,7
1º Tri	2,7	0,6	4,5	1,3	0,2
2º Tri	-1,2	-1,4	-2,7	-4,1	-0,8
3º Tri	-0,6	0,2	-2,0	1,2	0,7
4º Tri	-0,2	0,3	1,8	-0,1	0,3
2015	--	--	--	--	--
1º Tri	-1,6	-0,2	4,7	-0,3	-0,7

Fonte:

www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 01/06/2015)

(1) Os resultados trimestrais do Paraná não foram divulgados.

(2) O segmento sob denominado outros serviços inclui: Serviços auxiliares à agricultura, agentes de comércio e representação comercial, serviços auxiliares financeiros, dos seguros de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto.

1. PRODUTO E RENDA**1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada em uma economia é a soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo e variação de estoques); 4) balança comercial: exportações (demanda do exterior de produtos da economia brasileira) menos importações (demanda brasileira de bens produzidos no exterior). O investimento bruto interno (soma de formação de capital fixo mais a variação de estoques) considera investimentos públicos e privados (inclui também investimento do exterior na economia interna); mas não contabiliza o investimento de nacionais feitos em outros países.

Cada componente da demanda agregada em 2014 reflete as restrições na economia acima do previsto pelo governo. O *consumo de famílias* a preços correntes, responsável por, aproximadamente, 60% da demanda agregada, é o de melhor desempenho dentre os componentes da demanda final, mas a respectiva velocidade de crescimento caiu durante o ano. A menor velocidade de crescimento indica, dentre outras possibilidades, um esgotamento ou contenção do poder de compra do consumidor, maior comprometimento da renda e redução do impacto das políticas de incentivo ao consumo.

O 1.º trimestre de 2015 apresenta que em relação ao último trimestre de 2014 e, em valores deflacionados, o desempenho em 2015 sinaliza uma tendência de queda em relação ao desempenho dos demais trimestres de 2014. Como causas, podem ser mencionados maior desemprego e menor criação de novas oportunidades de trabalho, reduzindo a massa de salários e o poder de compra, bem como a deterioração do poder de consumo das classes C, D e E.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Tipo de Demanda	2013 2ºTri	2013 3ºTri	2013 4ºTri	2014 1ºTri	2014 2ºTri	2014 3ºTri	2014 4ºTri	2015 1ºTri
Consumo das famílias	785.533	810.335	846.536	829.557	840.674	865.507	914.069	887.763
Consumo da administração pública (ou Governo)	248.107	244.309	300.854	244.401	271.489	274.122	324.889	272.586
Investimento Bruto Interno	274.370	284.514	242.037	294.726	270.909	290.020	253.110	297.200
Formação bruta de capital fixo	265.509	276.746	273.028	268.997	264.452	279.673	276.993	276.736
Variação de estoque	8.861	7.768	-30.991	25.729	6.456	10.348	-23.883	20.464
Balança Comercial	-24.756	-31.290	-25.697	-46.379	-27.700	-32.136	-46.002	-49.540
Exportações	154.681	168.208	173.120	144.062	161.811	171.620	158.417	152.545
Importações (-)	179.437	199.499	198.817	190.441	189.511	203.756	204.419	202.085
Demanda Agregada Total	1.283.254	1.307.868	1.363.731	1.322.305	1.355.372	1.397.513	1.446.066	1.408.009

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 02/06/2015)

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2006	105 302	568 913	1 375 427	2 049 642	360 161	2 409 803	1 456 420	453 395	415 941	18 879	346 342	281 175
2007	120 206	628 933	1 568 156	2 317 296	400 736	2 718 032	1 628 510	509 124	491 115	52 257	362 548	325 522
2008	141 721	720 086	1 762 397	2 624 204	483 326	3 107 531	1 857 401	578 633	605 663	71 772	420 881	426 819
2009	149 449	730 810	1 964 638	2 844 897	483 277	3 328 174	2 063 996	646 738	639 191	-8 311	361 680	375 120
2010	160 322	903 768	2 239 738	3 303 828	583 007	3 886 835	2 341 155	738 966	800 353	46 813	417 270	457 722
2011	190 570	1 010 346	2 517 928	3 718 844	655 921	4 374 765	2 637 009	817 368	902 885	51 174	501 802	535 473
2012	210 416	1 012 968	2 771 049	3 994 433	718 663	4 713 096	2 908 410	909 613	952 524	6 280	563 573	627 304
2013	246 962	1 069 585	3 070 542	4 387 089	770 480	5 157 569	3 200 737	1 010 354	1 059 028	7 961	619 920	740 431
2014	262 346	1 104 721	3 351 837	4 718 904	802 352	5 521 256	3 449 807	1 114 901	1 090 116	18 650	635 910	788 127
2015*	79 648	267 921	851 453	1 199 021	208 989	1 408 009	887 763	272 586	276 736	20 464	152 545	202 085

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Agropecuária	5,5	5,6	5,9	6,1	5,3	5,5	5,3	5,7	5,6	6,6
Indústria	28,8	27,8	27,9	25,4	28,1	27,5	26,0	24,9	23,4	22,3
Extrativa Mineral	2,9	2,3	3,2	1,3	3,0	4,1	4,3	4,1	4,0	2,6
Transformação	17,4	17,0	16,6	15,8	16,2	14,6	13,0	13,0	10,9	10,1
Construção Civil	4,7	4,9	4,9	4,9	5,7	5,8	5,7	5,4	2,0	2,4
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,8	3,6	3,1	3,4	3,2	3,1	3,1	2,3	6,5	7,2
Serviços	65,8	66,6	66,2	68,5	66,6	67,0	68,7	69,4	71,0	71,0
Comércio	11,5	12,1	12,5	11,8	12,5	12,6	12,7	12,7	12,1	11,3
Transporte, armazenagem e correio	4,8	4,8	5,0	5,1	5,0	5,1	5,4	5,3	4,5	4,4
Serviços de informação	3,8	3,8	3,8	3,7	3,2	3,0	2,9	2,6	3,7	3,6
Intermed. financeira, seguros, prev. complem. e serv.rel.	7,2	7,7	6,8	7,3	7,5	7,4	7,2	7,0	6,7	7,4
Outros Serviços	14,5	14,2	14,1	15,1	14,3	14,5	15,7	15,7	10,2	10,9
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,7	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	8,2	8,3	17,0	16,6
Adm., saúde e educação públicas	15,3	15,5	15,8	17,0	16,2	16,3	16,6	17,7	16,8	16,8
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos sobre Produtos	16,5	16,3	17,5	16,2	17,2	17,3	17,9	17,9	17,0	17,4
PIB a Preços de Mercado	116,5	116,3	117,5	116,2	117,2	117,3	117,9	117,9	117,0	117,4

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Consumo das famílias	60,4	59,9	59,8	62,0	60,2	60,3	61,7	62,1	62,5	63,1
Consumo do governo	18,8	18,7	18,6	19,4	19,0	18,7	19,3	19,6	20,2	19,4
FBCF+variação de Estoques	18,0	20,0	21,8	19,0	21,8	21,8	20,3	20,7	20,1	21,1
Exportações de bens e serviços	14,4	13,3	13,5	10,9	10,7	11,5	12,0	12,0	11,5	10,8
Importações de bens e serviços	(11,7)	(12,0)	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,3)	(14,4)	(14,3)	(14,4)
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

(*) Valores referentes ao período janeiro- março de 2015.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro**

As categorias de mercado em uma economia, correspondem a quatro grandes segmentos em uma abordagem macroeconômica: 1) mercado de bens e serviços, onde ocorre a demanda e a produção e oferta; 2) mercado monetário-financeiro, que abrange oferta e demanda de moeda e bolsa de valores(inclui o mercado de capitais); 3) mercado externo, caracterizado por exportações e importações; e 4) mercado de trabalho, onde ocorrem oferta e demanda de mão-de-obra na economia e a utilização da força de trabalho disponível e economicamente ativa.

O quadrimestre janeiro-abril de 2015 aponta números negativos, pois além da conjuntura não favorecer a indústria, o comércio despede muitos trabalhadores de contrato temporário admitidos no final da ano anterior. Em 2015, há uma recuperação muito boa em "outros serviços", que contribui para reduzir o saldo negativo do setor Serviços do quadrimestre.

Em 2014, o setor que criou mais empregos foi Serviços e neste, o principal foi Outros Serviços; em 2.º lugar no setor de Serviços vem o Comércio- houve grande expansão dos empregos criados no Comércio, que permitiu números positivos a partir de outubro e inversão de tendência até então verificada. A Indústria apresentou números negativos na criação de empregos; um componente da Indústria com números positivos foi Serviços Industriais de Utilidade Pública, o único dentre os 4 componentes da Indústria. Houve queda nos empregos da indústria de Transformação, Construção Civil e Extrativa Mineral, em comparação com 2013. O setor Serviços apresentou o pior desempenho dos últimos 5 anos, num processo de queda gradativa sequencial, o que pode ser atribuído à redução na atividade econômica e vigência de uma política econômica nos últimos 4 anos distanciada da realidade e necessidades internas.

Cabe destacar que o mês de dezembro gera poucos empregos novos na indústria, pois as encomendas do comércio para o Natal são efetuadas de agosto a outubro. O Comércio gera mais empregos temporários no final de ano e demite pouco, até como estratégia de atendimento em dezembro; no entanto, em janeiro, o comércio demite muitos de contrato temporário. Em Outros Serviços houve uma grande rotatividade de mão-de-obra onde muitos trabalhadores em busca de melhor remuneração, circulam por várias empresas e alguns buscam alocação na indústria de transformação após cursos de qualificação. Ressalte-se que os dados da Tabela 5 se referem a empregados admitidos menos os demitidos. Não é um índice de desemprego.

TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA (Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)						
Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Jan-Abr
INDÚSTRIA	916.427	472.288	256.847	244.446	-267.816	-118.772
Extrativa Mineral	17.715	19.538	10.928	2.680	-2.348	-5.655
Transformação	544.367	218.138	86.406	126.359	-163.817	-37.611
Serviços Industriais de Utilidade Pública	20.034	9.467	10.223	8.383	4.825	659
Construção Civil	334.311	225.145	149.290	107.024	-106.476	-76.165
SERVIÇOS	1.640.369	1.410.934	1.040.019	870.853	665.179	-22.865
Comércio	611.900	459.841	372.368	301.095	180.814	-142.286
Administração Pública	10.417	16.126	1.491	22.841	8.257	14.374
Outros Serviços (*)	1.018.052	934.967	666.160	546.917	476.108	105.047
AGROPECUÁRIA	-1.375	83.227	4.976	1.872	-370	4.633
TOTAL	2.555.421	1.966.449	1.301.842	1.117.171	396.993	-137.004

Fonte:www.mte.gov.br (Consulta em 02/06/2015)

(*) O segmento de Outros Serviços conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

Os números de janeiro-abril de 2015, foram melhores que os do trimestre outubro-dezembro de 2014. O atual cenário econômico brasileiro não permite perspectivas de melhora do indicador no Paraná.

Os empregos criados no Paraná em 2014 foram positivos mas abaixo da metade dos números de 2013. Os maiores destaques em 2014 foram, respectivamente, outros serviços, comércio varejista e comércio atacadista. A maior queda foi na indústria, que pode ser associado à queda na demanda e presença dos importados. Apesar da contenção de vários indicadores econômicos, ao longo de 2014, a criação de empregos foi um dos setores menos afetados.

Recentemente, em alguns ramos, a demanda de mão-de-obra não foi atendida, devido carência de qualificação. O trabalhador escolhe o emprego em função da remuneração e benefícios como: assistência-saúde, vale-alimentação, vale-transporte e perspectiva de carreira; anteriormente, o trabalhador aceitava a primeira oferta de trabalho.

Havia até meados de 2014, grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em alguns setores do varejo: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franqueadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões praticados pela loja/marca. Uma característica desses ramos é contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência anterior e oferecerem treinamento na empresa. A indústria também enfrenta carência de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos como "acabamento" na construção civil.

Mas em 2015, verifica-se uma redução na geração de empregos e as perspectivas do mercado de trabalho para o ano, em termos de criação de emprego sinalizam queda em relação a 2014, muito associado às limitações da economia brasileira e seus efeitos na economia paranaense no período.

TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
2006	29.652	18.444	2.761	1.179	33.115	1.245	86.396
2007	54.535	25.146	5.356	575	30.996	5.753	122.361
2008	36.478	26.656	6.411	-408	35.686	6.080	110.903
2009	21.264	18.572	4.183	2.069	27.377	-4.381	69.084
2010	41.527	33.831	5.159	340	53.125	-2.375	131.607
2011	36.721	26.672	6.597	1.876	51.557	493	123.916
2012	41.809	26.864	5.910	1.573	50.357	6.110	132.623
2013	18.711	22.254	5.881	2.112	39.196	2.195	90.349
2014	-4.969	9.779	3.728	586	32.050	-162	41.012
Abr	2.741	3.103	154	156	4.861	1.363	12.378
Mai	2.104	83	232	67	4.200	154	6.840
Jun	-2.993	-1.233	311	141	313	509	-2.952
Jul	-1.751	-344	376	118	3.193	1.091	2.683
Ago	-77	1030	303	-9	4187	-82	5.352
Set	2.342	3.148	537	74	4.848	598	11.547
Out	-1.213	1.597	347	49	-693	-462	-375
Nov	-4.314	6.142	500	-43	2.983	-408	4.860
Dez	-25.350	-3.479	-1.403	-287	-15.385	-3.264	-49.168
2015	10.830	-4.264	1.947	383	15.065	1.717	25.678
Jan	6.326	-4.737	596	-78	4.502	104	6.713
Fev	1.541	-1.044	783	427	6.564	303	8.574
Mar	2.898	1.504	593	100	3.822	1.257	10.174
Abr	-3.441	556	-332	188	-38	1.065	-2.002

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 02/06/2015)

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED, estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(**) A diferença entre a somatória de 2014 e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.3. Taxa de Desemprego**

Verifica-se maior desemprego em janeiro-abril de 2015, comparado ao mesmo período de 2014. Aliás, cabe destacar que números de 2015 são maiores que os de todos os meses do ano anterior, indicando uma nova tendência para o corrente ano. O esgotamento das políticas de incentivo ao consumo, as restrições na economia, a elevação tributária, a desvalorização cambial do Real e queda nas vendas do varejo explicam a elevação no desemprego, que pode ser também associado à elevação da inflação.

Os números do biênio 2013-2014 atingiram uma situação de quase pleno emprego, e com maior salário real médio, muito estimulado pelo crescimento do setor serviços. Destaca-se que a taxa calculada pelo IBGE toma como base apenas 6 regiões metropolitanas. Um indicador com baixo desemprego pode pressionar o salário real médio e impactando preços e inflação.

O desemprego ascendente pode indicar retração no consumo familiar e menor demanda agregada na economia, afetando o mercado de trabalho e limitando empregos. Mas, ao diminuir, pode também indicar menor procura por emprego e conseqüente crescimento do grupo dos que "não se consideram desempregados" e não estão em busca do mesmo. Comparado ao desemprego em países da Europa, os indicadores brasileiros ainda são bons. Em algumas atividades do agronegócio vem ocorrendo a contratação de trabalhadores haitianos, devido a dificuldade de se encontrar mão-de-obra brasileira e de menor custo. Na indústria de confecção e vestuário, tem-se bolivianos e/ou paraguaios atuando. No entanto, a realidade atual e as projeções para 2015, sinalizam dificuldades e uma inversão total da tendência anterior.

Uma explicação para menor desemprego e menor PIB em anos anteriores pode ser associada a uma baixa produtividade da mão-de-obra, tecnologia defasada, poucas inovações e reduzidas modernizações na indústria e as dificuldades das exportações de manufaturados.

As políticas econômicas de aquecimento do governo, mesmo que conjunturais e de curto prazo, mais o estímulo à demanda final permitiram, num primeiro momento, desempenho positivo do emprego, importante para manter a demanda e aquecer as vendas do comércio. No entanto, essas políticas conjunturais tem efeitos limitados, que se esgotaram rapidamente.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO		
Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
Fev	5,1	--
Mar	5,0	--
Abr	4,9	--
Mai	4,9	--
Jun	4,8	--
Jul	4,9	--
Ago	5,0	--
Set	4,9	--
Out	4,7	--
Nov	4,8	--
Dez	4,3	--
2015	--	--
Jan	5,3	--
Fev	5,9	--
Mar	6,2	--
Abr	6,4	--

TABELA 10.1 - Pnad: TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
Período	Taxa de Desocupação Variação %	
	Brasil	Sul
2012 1º Tri	7,90	5,10
2º Tri	7,50	4,80
3º Tri	7,10	4,30
4º Tri	6,90	4,00
2012	7,35	4,55
2013 1º Tri	6,16	3,22
2º Tri	5,82	2,84
3º Tri	5,48	2,46
4º Tri	5,14	2,08
2013	5,65	2,65
2014 1º Tri	4,46	1,32
2º Tri	4,12	0,94
3º Tri	3,78	0,56
4º Tri	3,44	0,18
2014	3,95	0,75
2015 1º Tri	7,94	5,10

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - PME) - (Consulta em 08/06/2015)
 RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 29/04/2015)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.
 (2) Taxa anual calculada internamente pela FECOMERCIO - Média dos trimestres do ano

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2005	300,00	15,38	119,33	2,514	1/5/2005	8,07
2006	350,00	16,67	162,49	2,154	1/4/2006	4,41
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 03/04/2015)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, quando passou a vigorar (*). O país foi dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real, permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. Consulta em 03/04/2015).

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná estabeleceu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuem: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores apresentados na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

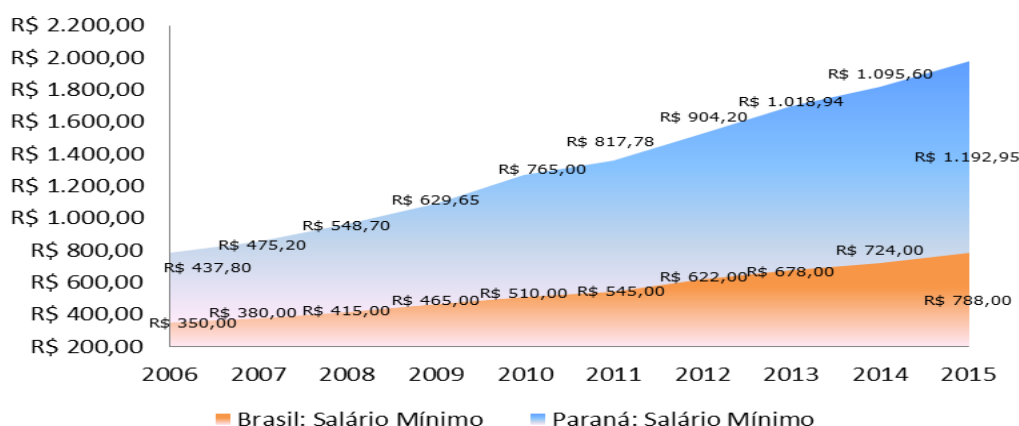
As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei n.º 15.118 de 2006; b) Lei n.º 15.486 de 2007; c) Lei n.º 15.826 de 2008; d) Lei nº 16.099 de 2009; e) Lei n.º 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei. nº 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados a cada ano são superiores aos valores do salário mínimo definido pelo governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2014	8,17

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 1198 de 30 de Abril de 2015) (Consulta em 03/06/2015)

SALÁRIO MÍNIMO - BRASIL x PARANÁ



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA acumulado de Abril a Maio)

GRUPO I – R\$ 1.032,02 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO II – R\$ 1.070,33 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III – R\$ 1.111,04 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV – R\$ 1.192,45 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

2.º) IPC: inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC ⁽²⁾	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.3. Taxa de Inflação

A inflação em maio: 0,74% foi quase o dobro da verificada no mesmo mês de 2014. A inflação nos cinco primeiros meses atingiu 5,34%, maior que o do mesmo período de 2014 e também maior que a meta inflacionária de 2015. Os aumentos em tarifas públicas administradas pelo governo (nos três níveis): energia elétrica, água, combustíveis; gastos escolares; transportes; contribuíram para essa expansão. Por outro lado, crescente-se também uma política monetária com juros SELIC ascendentes, dólar em alta que em março rompeu a barreira de R\$ 3,00; queda na produção industrial que afetou o emprego. A chamada inflação de expectativas também ocorreu: o prenúncio de aumento do preço futuro contribuiu para antecipar a vigência de maiores preços: nesse sentido podem ser considerados os aumentos tributários de 2015: IPTU, ITBI, ICMS, IPVA e outros. Alguns insumos básicos importados também repercutem sobre os preços.

Ainda deverão ser implementadas outras providencias pelo governo para ajustar preços administrados, após longo período de contenção/ adiamento de reajustes. O 1.º semestre/2015 ainda trará impactos adicionais sobre os preços onde, além dos já mencionados serão afetadas adicionalmente: tarifas de transportes, energia, combustíveis e outros regulados pelos Governos Federal, Estadual-caso do Paraná e os Municipais.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO

Período	Brasil			Meta de Inflação (%)	Curitiba		
	IPCA (IBGE) (%)				IPC (IPARDES) (%)		
2005	5,69			4,5	4,05		
2006	3,14			4,5	4,82		
2007	4,46			4,5	4,78		
2008	5,90			4,5	4,85		
2009	4,31			4,5	3,88		
2010	5,91			4,5	5,09		
2011	6,50			4,5	5,81		
2012	6,20			4,5	5,91		
2013	5,56			4,5	6,17		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2014		6,41		4,5		6,05	
Fev	0,69	1,24	5,68		0,66	1,11	6,05
Mar	0,92	2,18	6,15		0,60	1,71	6,09
Abr	0,67	2,86	6,28		1,04	2,77	6,70
Mai	0,46	3,33	6,37		0,30	3,08	6,50
Jun	0,40	3,75	6,52		0,02	3,11	6,76
Jul	0,01	3,76	6,50		0,22	3,34	6,81
Ago	0,25	4,02	6,51		0,52	3,87	6,50
Set	0,57	4,61	6,75		0,85	4,75	7,29
Out	0,38	5,02	6,34		0,23	4,99	6,73
Nov	0,51	5,58	6,56		0,99	6,03	6,67
Dez	0,78	6,41	6,41		0,02	6,05	6,05
2015				4,5			
Jan	1,24	1,24	7,14		0,41	0,41	6,02
Fev	1,22	2,48	7,70		1,15	1,57	6,54
Mar	1,32	3,83	8,13		0,81	2,39	6,76
Abr	0,71	4,56	8,17		2,36	4,81	8,15
Mai	0,74	5,34	8,47		1,47	6,35	9,41

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Maio)

Alimentação e bebidas	1,37
Habitação	1,22
Saúde e cuidados pessoais	1,10

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Maio)

Recife	1,51
Fortaleza	1,23
Porto Alegre	0,97

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Maio)

Transportes	-0,29
Educação	0,06
Comunicação	0,17

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Maio)

Brasília	0,25
Rio de Janeiro	0,35
Goiânia	0,58

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Quadro variação dos indicadores - IPCA) (Consulta em 10/06/2015)

Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores econômicos - Índice de preços) (Consulta em 10/06/2015)

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Os juros SELIC do Banco Central, referência para os demais juros no país e também para a dívida pública, atingiram em maio 13,25%, após um longo período no qual foi mantido em 11%: de abril a setembro de 2014. O aumento nos juros pelo BC indica a priorização pelo Banco Central da adoção de um instrumento de política econômica que visa desaquecer o consumo e desestimular elevação de preços. No entanto, nem sempre o desejado em relação aos preços e inflação é viabilizado.

A política de juros teve uma alteração em abril/2013, quando o governo adotou a elevação como instrumento para conter a inflação: de 7,25% em março/2013, a taxa subiu gradativamente até chegar em abril/2014 a 11%, que permaneceu até setembro. O aumento da inflação em 2014 fez o governo elevar os juros, a partir de outubro tardiamente, é verdade, até chegar aos atuais 13,25%. Tudo visando reduzir oferta monetária, desestimular ou adiar a demanda e conter inflação. Em 2014, no período pré-eleitoral abril-setembro, o governo manteve os juros em 11,00%, combinadas com outras políticas, mas não conseguiu conter a inflação. Verifica-se que o aumento dos juros e contenção da demanda se insere num contexto de política restritiva de desaquecimento, mas também uma forma de política corretiva.

O padrão alto de emprego em 2014 fez crescer: massa de salários, renda da população economicamente ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Após priorizar a demanda, mesmo com algum resquício inflacionário, o governo se preocupou com a inflação adotando elevação nos juros para conter a demanda.

O ponto de corte para a redução do rendimento da poupança, considerando as mudanças vigentes, era a SELIC em 8,0%, percentual que ocorreu de julho/2012 a junho/2013; ao atingir 8,0% em junho/2013, o critério para rendimento da poupança voltou ao modelo anterior.

TABELA 15 – VARIACÃO DA TAXA DE JUROS SELIC DO BANCO CENTRAL

2012		2013		2014		2015	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	10,50	Jan	7,25	Jan	10,50	Jan	12,25
Fev	10,50	Fev	7,25	Fev	10,75	Fev	12,25
Mar	9,75	Mar	7,25	Mar	10,75	Mar	12,75
Abr	9,00	Abr	7,50	Abr	11,00	Abr	13,25
Mai	8,50	Mai	7,50	Mai	11,00	Mai	13,25
Jun	8,50	Jun	8,00	Jun	11,00	Jun	
Jul	8,00	Jul	8,50	Jul	11,00	Jul	
Ago	8,00	Ago	9,00	Ago	11,00	Ago	
Set	7,50	Set	9,00	Set	11,00	Set	
Out	7,25	Out	9,50	Out	11,25	Out	
Nov	7,25	Nov	10,00	Nov	11,25	Nov	
Dez	7,25	Dez	10,00	Dez	11,75	Dez	

TABELA 16 – POUPANÇA (*)

Mês	2014	2015
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,6132	0,5882
Fev	0,5540	0,5169
Mar	0,5267	0,6302
Abr	0,5461	0,6079
Mai	0,5607	0,6159
Jun	0,5467	
Jul	0,6059	
Ago	0,5605	
Set	0,5877	
Out	0,6043	
Nov	0,5485	
Dez	0,6058	

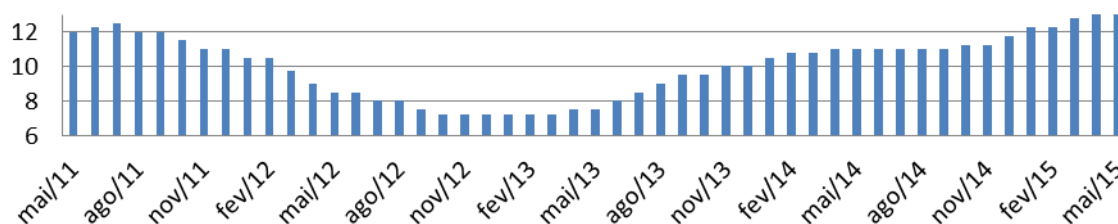
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 01/06/2015)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries

Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 06/05/2015)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2011 a 2015



6. MERCADO DE AÇÕES

Em abril, o Índice Bovespa melhorou: foi o maior do ano: 54.496 pontos. Um desempenho ainda tímido, sem dúvida, em parte condicionado por vários fatores restritivos no mercado acionário do Brasil, num contexto que não mudou muito em relação aos meses anteriores: 1) venda de ações pelos aplicadores do exterior e repasse do valor aos países de origem, para compensar dificuldades econômico-financeiras naqueles mercados; 2) valorização do dólar que redirecionou parte das aplicações acionárias para a moeda americana; 3) queda nos financiamentos conteve a lucratividade e cotação das ações de bancos; 4) posições internas adotadas pelas empresas; 6) políticas governamentais que desestimularam investimentos privados e que levaram a contenção da economia brasileira como um todo; 5) cenário interno com pesada deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos que ocupam cargos/funções de relevância. O brasileiro de renda média ainda está distante do mercado de ações. Cabe destacar o redirecionamento da opção dos investidores por outras aplicações, onde muitos optam pelo mercado imobiliário, incluindo-se imóveis no exterior.

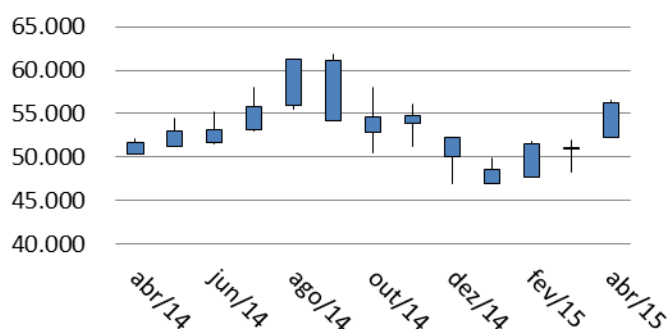
Estes fatos estão na sequência da não superação da crise em alguns países da Europa e do Euro, onde as bolsas tiveram desempenho limitado, impedindo tendências positivas a médio prazo, diante das mudanças conjunturais nesses países. O PIB dos EUA em 2012 e 2013 cresceu, e, em 2014, apresentou números que igualam e/ou superam os indicadores pré-crise de 2008. A recuperação dos EUA já ocorre, induzindo a um retorno de aplicações no mercado americano e valorização do US\$-dólar. O governo da China pratica uma política de redução do crescimento do PIB. Alguns países desenvolvidos apresentam atualmente melhorias nas suas economias.

Estatais brasileiras não tiveram bom desempenho em 2014, o que contribuiu para conter o índice Bovespa: é o caso da Petrobrás cujas ações se destacaram mais pela performance negativa no ano, contaminadas pelo episódio do "petrolão": comportamento aético de dirigentes da empresa, de políticos e empresas privadas relacionadas à Petrobrás, visando interesses próprios.

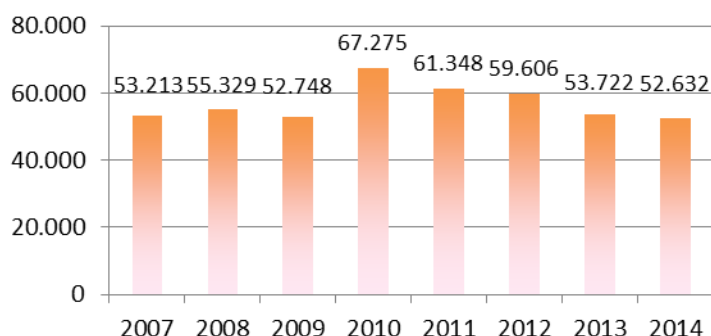
TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
2007	53.213	39,74
2008	55.329	3,98
2009	52.748	-4,66
2010	67.275	27,54
2011	61.348	-8,77
2012	59.606	-2,84
2013	53.722	-9,87
2014	52.632	-2,03
Mar	47.046	-0,68
Abr	51.470	9,40
Mai	53.123	3,21
Jun	53.685	1,06
Jul	55.810	3,96
Ago	57.749	3,51
Set	58.278	4,46
Out	54.343	-6,75
Nov	53.579	-1,41
Dez	50.008	-6,67
2015	-	-
Jan	48.369	-3,28
Fev	50.131	3,64
Mar	50.405	0,55
Abr	54.496	8,12

IBOVESPA - 2014/2015



IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



Fonte: www.bovespa.com.br - (Mercado - Ações - Índices - Índice Bovespa - Estatísticas Históricas - Evolução diária) (Consulta em 06/05/2015)

(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.
(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

7. RISCO PAÍS

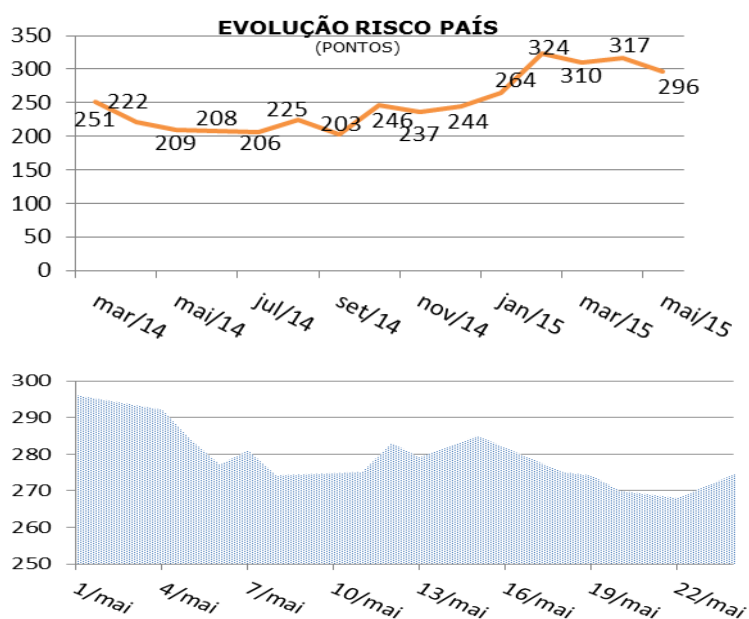
O risco-país do Brasil caiu em maio comparado a abril: atingiu 296 pontos quando em abril chegou a 317 pontos. O aumento do risco –país do Brasil pode ser dimensionado quando em maio de 2014 o valor era de 209 pontos e , em 2015, é quase 42% maior. Os valores médios de 2014 sinalizam um risco-país maior que o verificado em 2013, indicando alterações conjunturais que refletem um contexto de limitações na economia e inconsistências das decisões políticas do Executivo ao longo do ano. Os valores de 2015 sinalizam uma deterioração rápida do grau de confiança dos investidores do exterior em relação à economia brasileira, de forma mais aguda. O contexto eleitoral de outubro passado e o quadro crítico na política e na economia vivenciados em 2015, associado à má gestão pública, produziram incertezas que podem ser incluídos dentre os responsáveis. A credibilidade da economia brasileira foi afetada considerando a guinada da economia: juros em alta, dólar em elevação, balança comercial negativa, desajuste fiscal, inflação em 2015 acima da meta de inflação anual e PIB com menor crescimento desde 2010, e projeção de desempenho negativo em 2015. Acrescente-se também que no corrente ano, o risco-país cresceu sob influencia, direta e indireta, do episódio Petrobrás. Acrescente-se a isso os custos políticos da corrupção e das propinas, que chegam ao conhecimento da população.

O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco e a possibilidade de não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos .

Quanto maior o índice do risco-país, maior a instabilidade econômica dos países. O maior valor de risco-país do Brasil foi 2.436 pontos em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. É um indicador de características mais conjunturais que estruturais, vinculado às circunstâncias/ variáveis do momento da mensuração.

No Brasil, o que preocupa são as incertezas e queda da economia em 2015, que sinaliza mais restrições econômicas, afora as limitações no contexto político.

TABELA 18 – RISCO PAÍS		
Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2009	306	8,89
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
Jan	230	-2,13
Fev	278	20,87
Mar	251	-9,71
Abr	222	-11,55
Mai	209	-5,86
Jun	208	-0,48
Jul	206	-0,96
Ago	225	9,22
Set	203	-9,78
Out	246	21,18
Nov	237	-3,66
Dez	244	2,95
2015	---	---
Jan	264	8,20
Fev	324	22,73
Mar	310	-4,32
Abr	317	2,26
Mai	296	-6,62



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.
Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 01/06/2015)

8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

O dólar manteve a superação da barreira dos R\$ 3,00. Desde agosto de 2012 iniciou-se uma gradativa valorização do dólar, que se supunha permitisse elevar exportações. Parte da ascensão pode ser relacionada ao quadro político associado às eleições de outubro e efeitos decorrentes. O que ocorreu, na verdade, foi uma queda gradativa da balança comercial do país.

De forma mais imediata, desde março de 2015, quando o dólar superou a barreira de R\$ 3,00, tem-se dentre os principais motivos, além da debilidade política, as sucessivas derrotas do poder Executivo em questões decididas pelo Legislativo: Senado e Câmara Federal de cunho econômico-fiscal. A recuperação da economia americana e a valorização do dólar no mercado mundial também influenciaram.

O Banco Central-BC no decorrer de 2013, mudou a política de injeção de dólares no mercado, que não estava acompanhando a velocidade de crescimento da cotação cambial. Em agosto-setembro houve melhora nas expectativas dos exportadores em termos de ampliação das vendas para o exterior, muito por conta da queda relativa nos preços internos para os importadores de nossas mercadorias. A valorização do dólar, por outro lado, ainda não conteve significativamente as importações, mesmo com elevação nos preços dos importados.

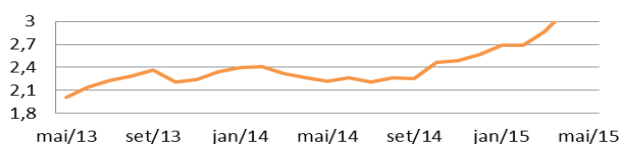
A melhora na economia americana é a grande motivação para a valorização do US\$, estimulado também por outras alterações externas (melhora em outras economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe alguma culpa quando se avalia repercussões de desvios éticos e políticos recentes.

A cotação atual do US\$, ao nível de R\$ 3,00, aparentemente boa para exportações, não atinge as elevações esperadas ou desejadas. Há que considerar os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria interna e reduzida comercialização de produtos de alta e média tecnologia e uma conjuntura na qual os países da Euro e a Argentina passam por dificuldades que limitam suas importações. O acréscimo das importações brasileiras de petróleo compromete a balança comercial. O dólar valorizado pressiona preços internos, devido a presença de 25% aproximadamente de importados na demanda interna.

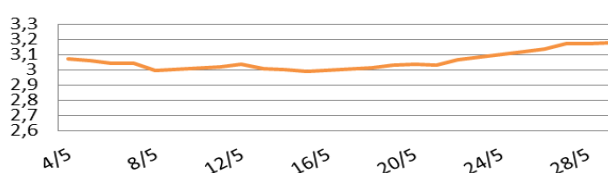
O ambiente de inquietações políticas existentes em 2015 no Brasil, muito associado ao que é denunciado sobre a Petrobrás, só aumenta o grau de incertezas.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)						
Período	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Jan	1,7232	1,6502	1,8676	2,0415	2,3969	2,6923
Fev	1,8765	1,6604	1,7370	1,9838	2,4084	2,6888
Mar	1,7992	1,6640	1,7146	1,9843	2,3234	2,8649
Abr	1,7693	1,6186	1,8308	2,0180	2,2614	3,1549
Mai	1,7307	1,5739	1,9143	2,0089	2,2215	3,0748
Jun	1,8247	1,5870	2,0344	2,1349	2,2634	
Jul	1,7998	1,5591	1,9887	2,2292	2,2048	
Ago	1,7481	1,5543	2,0426	2,2908	2,2600	
Set	1,7433	1,6032	2,0329	2,3637	2,2515	
Out	1,6804	1,8804	2,0254	2,2118	2,4617	
Nov	1,7036	1,7499	2,0306	2,2462	2,4833	
Dez	1,7044	1,7922	2,1115	2,3443	2,5618	

Evolução do Dólar - 2013 a 2015



Evolução do Dólar- Maio 2015



II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

9.1. DESEMPENHO EM MARÇO DE 2015

1. INTRODUÇÃO

O mês de março de 2015 apresentou desempenho positivo nos três indicadores de vendas utilizados pela Fecomércio-PR. Os fatores de sazonalidade do bimestre fevereiro-março explicam, em parte, os valores obtidos (conforme tabela: *Dias úteis de abertura do comércio*). Em relação ao mês anterior, as vendas de março cresceram 17,09%; em relação ao mesmo mês do ano anterior, as vendas de março apresentaram crescimento de 11,74%; no acumulado do ano, as vendas de janeiro-março de 2015 tiveram crescimento de 5,66 sobre o mesmo período de 2014.%.

O 1.º trimestre do ano é o período que apresenta, geralmente, as menores vendas, ao se comparar os quatro trimestres. Dentre as razões para isso, estão: um novo padrão das despesas familiares no ano novo, maior que os do ano anterior: IPTU, IPVA, seguro obrigatório, gastos escolares: mensalidades, uniformes, livros, e outros.

Ocorreu também, com maior intensidade em janeiro/fevereiro, as liquidações de grandes redes de varejo: eletrodomésticos, eletroeletrônicos e vestuários, com preços menores para o consumidor. Importante a destacar a cada ano é o crescimento do percentual de consumidores que optam por efetuar compras de bens de maior valor unitário após o Natal, nas promoções de janeiro-fevereiro, visando os preços melhores das liquidações.

Uma outra característica do trimestre, é que no mês de março surge a chamada inversão de tendência, com ocorrência dos primeiros indicadores de sinalização de possível comportamento nos demais meses do ano, após o bimestre de férias, liquidações, recessos, carnaval e menor produção da indústria.

Dias úteis de abertura do comércio				
	2015	Março: 26	Fevereiro: 21,5 (*)	Janeiro: 26
	2014	Março: 23,5 (*)	Fevereiro: 24	Janeiro: 26

(*) Carnaval ocorreu no mês.

Cabe destacar a ocorrência de aquecimento da demanda sazonal típica de verão ocorrida em janeiro-fevereiro, estimulada pelo calor intenso em todo o país, que incentivou a comercialização de equipamentos de ventilação e ar condicionado, afóra os artigos de praia em geral.

O 1.º trimestre do ano apresenta, tradicionalmente, fatores sazonais específicos, que o diferenciam da performance do restante do ano. O principal deles é que as vendas são menores que nos demais trimestres, considerando ser este o período em que o consumidor assume um conjunto de adicionais de gastos típicos da sazonalidade do calendário do ano novo, tais como: novas alíquotas (ou atualização) das cargas tributárias dos três níveis de governo: IPTU, IPVA, ICMS, seguro obrigatório, gastos escolares: mensalidades, uniformes, livros; novas tarifas de serviços públicos que cresceram bastante até agora: energia elétrica mais água e saneamento; ajustes fiscais em discussão ou início de vigência no Estado e no governo Federal. O período de férias também absorve, em algum percentual, parte das rendas de consumidores, com gastos típicos para o período.

No ano de 2015, o varejo nas praias do Litoral do Paraná registrou o benefício sazonal do calendário, obtendo bom desempenho das vendas, beneficiado pelo calor atípico do período e pouca chuva.

2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Março consta a seguir.

TABELA 20 – VARIACÃO DAS VENDAS EM MARÇO DE 2015

Variacão das Vendas: MARÇO-2015 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	19,01	14,92	13,95	14,97	1,27	23,29	17,09
2. Mesmo mês ano anterior	16,69	5,59	2,35	7,95	-4,11	13,25	11,74
3. Acumuladas no ano	9,47	1,36	-0,51	1,39	-3,23	2,48	5,66

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

3. DESTAQUES NO PARANÁ EM MARÇO DE 2015:

3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2014 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mar) (%)	
1. Móveis, Dec. E Utilidades Domésticas	43,39	1. Combustíveis	28,83	1. Combustíveis	27,26
2. Vestuário e Tecidos	39,12	2. Ótica, cine- foto- som	17,66	2. Lojas de Departamento	9,91
3. Calçados	22,43	3. Moveis, Dec. E Utilidades Domésticas	17,54	4. Farmácias	9,20
4. Concessionária de Veículos	22,01	4. Mat. De Construção	14,25	4. Ótica, Cine – Foto - Som	7,63
5. Mat. De Construção	19,13	5. Liv. E Papelaria	13,49	5. Supermercados	7,51

3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2014 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mar) (%)	
1. Liv. E Papelaria	-5,97	1. Concessionária de Veículos	-9,22	1. Concessionária de Veículos	-17,21
2. Supermercados	5,52	2. Calçados	-5,30	2. Auto Peças	-7,28
3. Lojas de Departamento	10,21	3. Auto Peças	2,17	3. Vestuário e Tecidos	-6,79
4. Combustíveis	11,52	4. Lojas de Departamento	4,22	4. Calçados	-5,24
5. Ótica, Cine – Foto - Som	11,71	5. Supermercados	8,19	5. Mat. de Construção	3,83

3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2015 (acumulado Jan-Mar):

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
Maior crescimento	Combustíveis 32,20	Combustíveis 28,93	Combustíveis 12,69	Lojas de Departamentos 17,44	Lojas de Departamento 9,67	Materiais de Construção 14,23
Menor crescimento	Concessionárias de veículos -20,91	Auto Peças -34,35	Concessionárias de veículos -31,26	Concessionárias de veículos -12,79	Calçados -22,57	Liv. e Papelaria -22,46

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2015

O cenário conjuntural da economia brasileira e da economia paranaense apresentam neste 1.º trimestre de 2015 uma série de alterações, em termos de limitações de desempenho. Indicadores econômicos restritivos passam a prevalecer: taxa de desemprego maior que em igual período de 2014; inflação em janeiro-março foi quase o dobro do mesmo período do ano anterior. No trimestre, houve aumento nos juros de financiamentos habitacionais da Caixa Econômica Federal, entidade que em abril de 2015, reduziu os respectivos limites de financiamento e também suspendeu o programa “minha casa melhor”, centrado no financiamento de mobiliário e eletrodomésticos. A suspensão deste último programa repercutiu bastante, de forma negativa, no segmento do comércio que havia se preparado para vender esses produtos.

A taxa de juros SELIC, do Banco Central aumentou no trimestre, superando em dois pontos percentuais os valores do mesmo período de 2014; um baixo crescimento do PIB de 2014: 0,1%; as contas de balança comercial do país foram negativas no 1.º trimestre; a indústria brasileira apresentou queda nas vendas (complexo automotivo, por exemplo). Houve redução nas vendas pelo varejo de produtos industrializados.

A valorização recente do dólar e o respectivo aumento do poder de compra em relação ao real-R\$, poderão estimular exportações brasileiras, mas não de imediato, porque depende de providências de exportadores e importadores para negociação e “fechamento” de contratos para os novos negócios. Há reduzida participação nas exportações brasileiras de produtos de alto valor agregado e elevada tecnologia.

Também nesse começo de 2015, se verifica na economia os efeitos de uma conjuntura de contenção da atividade econômica, que leva a ampliação das férias coletivas, desemprega mais e reduz a criação de novos espaços de trabalho, afetando a massa de salários e reduzindo o poder de compra na economia e comprometendo o desempenho do comércio e da indústria.

5. CONCLUSÃO

A Pesquisa da Fecomércio-PR, que contém a Expectativa do Desempenho do Comércio, feita com os empresários do setor, relativa ao 1.º semestre de 2015, aponta queda em relação ao desempenho esperado para o período, quando comparado aos semestres anteriores.

Cabe ainda destacar o contexto vigente que preocupa, onde podem ser destacados: a) taxas de juros crescentes; b) inflação e preços ascendentes; c) balança comercial negativa; d) indústria automobilística com restrições de mercado; e) investimentos públicos abaixo do necessário; f) infra-estrutura com insuficiências flagrantes; g) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor, impedindo-o de assumir novos financiamentos e tendo comprometida sua capacidade de pagamento.

Todas as variáveis citadas constituem indicadores que “acendem” um sinal de alerta no comércio varejista, tanto do Paraná quanto a nível nacional.

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ**TABELA 21 – VENDAS EM MARÇO DE 2015 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (FEVEREIRO DE 2015)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	29,46	15,28	-6,05	24,32	-39,72	33,86
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	47,36	22,24	37,10	22,20	16,66	37,27
3. Autopeças e Acessórios	7,31	25,12	56,99	16,19	9,56	21,61
4. Materiais de Construção	12,66	20,98	46,44	16,06	9,58	-2,05
5. Lojas de Departamentos	7,37	10,56	12,31	14,66	16,02	21,21
6. Supermercados	5,12	6,44	6,56	5,61	12,90	4,95

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 22 – VENDAS EM MARÇO DE 2015 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (MARÇO DE 2014)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-11,03	-6,81	-45,73	6,10	-35,50	15,16
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	22,52	-11,82	-27,39	9,10	0,28	16,24
3. Autopeças e Acessórios	2,10	-40,74	14,61	7,96	-3,89	14,79
4. Materiais de Construção	7,23	15,44	28,32	18,27	10,14	34,51
5. Lojas de Departamentos	-0,55	2,35	14,77	15,95	18,16	1,85
6. Supermercados	11,45	-1,07	6,64	2,28	-2,06	-8,80

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2015 (Jan-Mar) COMPARADAS A (Jan-Mar) DE 2014

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-20,91	-10,39	-31,26	-12,79	-17,37	-0,57
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	10,66	-19,57	-22,30	-5,83	-18,78	-6,83
3. Autopeças e Acessórios	-5,48	-34,35	-6,06	-6,10	-4,55	2,09
4. Materiais de Construção	3,43	-0,93	10,31	16,10	7,68	14,23
5. Lojas de Departamentos	9,82	6,64	9,74	17,44	9,67	-8,88
6. Supermercados	8,73	0,18	7,23	6,61	-1,17	-2,84

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR
(Variação em Relação ao Mês Anterior)**

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
2013	---	---	---	---	---	---	---
Nov	-2,70	-1,70	4,28	8,19	1,43	12,38	-1,14
Dez	11,73	17,73	15,63	-0,67	-1,39	8,35	11,19
2014	---	---	---	---	---	---	---
Jan	-15,42	-19,32	-18,87	-15,60	0,00	-16,60	-16,39
Fev	-6,49	-9,58	-7,98	0,85	-3,02	-11,71	-6,54
Mar	4,87	1,39	7,94	2,99	3,19	-0,88	4,24
Abr	2,18	11,99	1,58	5,65	-2,58	-6,88	4,38
Mai	-0,41	4,21	7,89	5,11	2,14	-10,21	1,64
Jun	-6,01	-10,57	-7,41	-16,35	-8,98	-10,08	-8,12
Jul	15,31	8,46	1,49	11,22	5,92	25,00	12,32
Ago	-1,41	-0,60	-2,13	-3,56	8,85	-8,91	-1,42
Set	-0,10	-3,49	-5,15	3,19	0,77	-5,10	-0,85
Out	7,55	7,01	5,86	5,48	4,00	6,72	7,01
Nov	-1,21	-2,77	-1,82	5,7	-2,12	3,51	-0,74
Dez	6,88	16,82	31,24	-2,86	12,65	12,64	9,79
2015	--	--	--	--	--	--	---
Jan	-12,43	-19,22	-24,02	-18,10	4,47	-21,37	-15,56
Fev	-11,06	-17,58	-11,87	-4,21	-9,17	-9,84	-11,74
Mar	19,01	14,92	13,95	14,97	1,27	23,29	17,09

(Variação Acumulada no Ano)

Jan - Mar/15 Sobre Jan - Mar/14	9,47	1,36	-0,51	1,39	-3,23	2,48	5,66
---------------------------------------	------	------	-------	------	-------	------	-------------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 01/04/2015)

10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

Desde 2006, o menor número de empresas abertas no Paraná foi no do ano de 2014, um desempenho baixo que demonstra uma contenção da atividade econômica no Paraná, como reflexo do quadro restritivo no Brasil, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2014.

Motivado por fatores de estímulo ao empreendedorismo mais os incentivos e facilidades para as franquias, verificou-se uma abertura de empresas no Paraná significativa, principalmente entre 2008 e 2013. Muitas empresas surgiram na sequência da valorização e importância do empreendedorismo, e o acesso às informações sobre o tema. Por trás disso, como pano de fundo, se destacava um mercado crescente, especialmente no ramo de alimentos e franquias.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais o ano novo. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Nas empresas abertas, predominam as micros e pequenas.

Os fatores de estímulo ao surgimento de novas empresas atualmente no comércio paranaense, enfrentam mecanismos restritivos para conter a inflação: juros maiores; valorização do dólar; PIB em queda; acúmulo de estoques em vários ramos da indústria de transformação; menores vendas do comércio que é a derradeira etapa da cadeia produtiva. O ano de 2015 começa com a extinção instrumentos de aquecimento: IPI para automóveis; linhas de financiamento; maior *spread bancário*; redução de obras públicas.

TABELA 25 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2006	16.569	0	26.459	840	148	42	44.058
2007	17.888	0	29.033	610	150	35	47.716
2008	18.904	0	33.002	956	170	55	53.087
2009	21.672	0	33.327	776	202	46	56.023
2010	20.843	0	32.988	752	280	91	54.954
2011	21.927	0	33.074	1.049	195	80	56.325
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	195	69	45.721
Fev	1.446	375	2.051	40	12	7	3.940
Mar	1.404	399	2.173	67	9	5	4.065
Abr	1.307	367	2.007	59	16	7	3.764
Mai	1.517	411	2.138	52	21	8	4.135
Jun	1.353	385	1.968	60	12	6	3.791
Jul	1.472	484	2.231	53	18	5	4.259
Ago	1.432	360	2.068	65	31	8	3.953
Set	1.410	499	2.077	73	12	6	4.087
Out	1.361	487	2.085	59	20	7	4.013
Nov	1.200	413	1.760	44	24	3	3.436
Dez	826	342	1.453	43	15	0	2.689
2015*	4115	1302	5537	218	52	12	11239
Jan	1101	362	1461	37	23	3	2987
Fev	1249	401	1714	104	10	0	3481
Mar	1765	539	2362	77	19	9	4771

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 29/05/2015)

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

(*) Soma dos valores de janeiro até março de 2015

11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

O índice de falências no Brasil em abril foi 62, o mesmo de março. Os valores de 2015 são maiores que os da média de 2014, o que indica, no período, dificuldades na economia. O índice de falências decretadas reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam o desempenho de empresas. Representa indicativo importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, visando reduzir as inadimplências. As políticas econômicas adotadas até 2014 para incentivo ao consumo, resultaram em maior endividamento do consumidor, esgotamento do seu poder de compra e comprometimento da capacidade de pagamento.

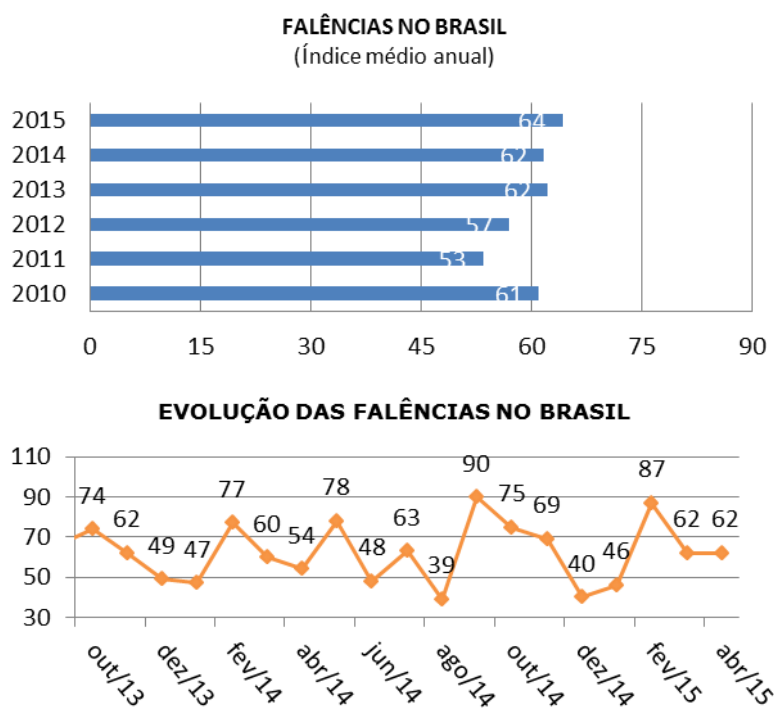
Cumpra-se considerar também a possibilidade de deficiência ou má gestão dos negócios pelos responsáveis pelas empresas. Em um ano difícil como foi 2014, a habilidade dos empresários na condução dos respectivos negócios é requerida ao máximo. Mas é inegável que todos os fatores apontam que no corrente ano de 2015 haverá limitações muito maiores ao sistema produtivo, se comparado a acontecimentos anteriores a partir de 2011.

Os juros elevados e a inflação crescente restringem a demanda. O consumo privado teve outra limitação: a deficiência no desempenho da indústria de transformação gerou um efeito multiplicador negativo que comprometeu não só as vendas do comércio mas também o PIB do País como um todo.

Um fator sazonal a destacar é a queda de falências em novembro-dezembro, comparada aos outros meses, pelas características do aquecimento das vendas no período e utilização do 13.º salário pelo consumidor para regularizar dívidas e compromissos financeiros com credores.

Os aumentos em tributação, energia elétrica, água e saneamento, taxa de câmbio, inflação, queda na renda disponível, afóra outros, entram no contexto das dificuldades de 2015.

TABELA 26 – FALÊNCIAS NO BRASIL	
Período	Índice
2009	76
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
Fev	77
Mar	60
Abr	54
Mai	78
Jun	48
Jul	63
Ago	39
Set	90
Out	75
Nov	69
Dez	40
2015	-
Jan	46
Fev	87
Mar	62
Abr	62



12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA**12.1. Demanda de Crédito**

A demanda de crédito em abril, comparada ao mês anterior, caiu: foi 112,5. Uma queda na demanda de crédito pode indicar mudança no padrão de gastos do consumidor, adiando ou restringindo as despesas. Pode também apontar redução nos negócios e atitude mais conservadora dos consumidores quanto às despesas. Por outro lado, a maior demanda de crédito pode indicar regularização do poder de compra e aumento da renda disponível que permitem conceder créditos e ampliar negócios. Os dados de abril indicam demandas maiores de crédito nas regiões Nordeste-NE, Norte-N e Centro Oeste-CO (que pode ser maior dependência); e menores no Sul-S, Sudeste-SE. O corte de crédito restringiria mais as economias do NE, N e CO. As políticas de aquecimento da demanda e incentivo às compras até meados de 2014, estimularam o consumidor a assumir créditos e financiamentos, mesmo comprometendo a quitação de débitos antigos, situações em que ultrapassaram os limites de segurança de endividamento em relação à renda. A partir do último quadrimestre de 2013 apresenta queda. A ascensão das classes D e E permitiu que mais consumidores assumissem financiamentos até 2014. No momento atual, 2015, a perspectiva de aumento de impostos e outros custos podem resultar em menor consumo e menor demanda de crédito no 1.º semestre. Houve queda na capacidade de endividamento em 2014, resultando menores vendas a prazo ou necessidade de mudanças nas políticas econômicas, tendência que permanece.

TABELA 27 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2013/2014	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Abr/14	112,1	123,0	130,8	105,6	109,4	131,9	113,5	110,3	108,6	110,6	110,8	113,0
Mai/14	134,7	136,9	141,9	110,5	117,7	143,2	123,2	119,7	117,5	119,7	119,8	122,6
Jun/14	117,4	125,5	124,5	102,1	106,8	129,2	111,1	107,8	106,2	108,0	108,6	110,5
Jul/14	131,5	141,6	142,6	112,4	118,5	144,7	124,3	120,4	117,9	119,7	121,3	123,4
Ago/14	133,1	140,6	146,3	124,5	128,5	152,6	133,5	128,1	124,9	126,4	128,4	131,6
Set/14	132,8	141,9	145,6	121,3	125,6	151,8	130,6	125,9	123,5	125,5	126,7	129,4
Out/14	135,3	142,2	147,2	122,6	131,3	155,7	134,0	129,7	127,4	129,6	130,2	133,1
Nov/14	129,5	133,2	143,1	117,1	120,9	150,5	128,0	120,3	117,4	118,7	119,4	125,1
Dez/14	133,6	143,8	146,1	114,6	122,6	152,2	128,9	122,5	119,8	121,0	122,2	126,8
Jan/15	135,6	142,6	143,5	113,7	117,3	145,1	125,0	120,2	117,7	119,5	120,8	123,6
Fev/15	118,7	130,7	126,0	101,7	105,5	129,2	111,2	107,6	105,6	107,5	108,6	110,4
Mar/15	134,2	149,7	148,6	119,3	122,0	150,9	129,9	124,4	121,7	123,4	124,6	128,1
Abr/15	118,6	131,2	129,9	105,1	107,0	132,7	114,0	109,1	106,8	108,3	109,4	112,5

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 29/05/2015)

12.2. Inadimplência

Inadimplente é considerado o comprador que atrasa o pagamento em mais de 90 dias. Os índices de 2015, cresceram bastante em relação aos números de 2014, este um ano em que o menor índice foi 143, indicando crescimento de 28 pontos até chegar ao valor de abril: 171,7. Os índices de 2014 apontam valores superiores aos de 2013. O valor médio do índice a partir de dezembro-2014 acima de 150 pontos/mês prevalece em 2015, influenciado em grande parte pelo esgotamento do poder de compra, queda na renda do consumidor ou mal planejamento. Alguns fatos novos impedem a regularização ou adiam, especialmente o quadro recessivo vigente. A elevação indica consumidor inadimplente, vinculado a financiamentos que comprometem sua capacidade de pagamento. O crescimento desde março/2014 preocupa, pois compromete compras futuras, regularização e mesmo as vendas do comércio. Importante ao comércio é abrir possibilidade de renegociações de dívidas, com juros menores ou prazos maiores.

TABELA 28 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE INADIMPLÊNCIA – PESSOA FÍSICA – SEM AJUSTE SAZONAL (MÉDIA DE 2009 = 100)

Ano: 2013/2014	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Abr/14	247,9	132,4	104,8	53,5	152,5
Mai/14	252,9	134,9	105,6	57,6	156,6
Jun/14	251,3	135,4	84,8	49,7	154,4
Jul/14	266,5	135,8	102,8	55,5	160,5
Ago/14	274,1	134,7	83,5	48,4	160,2
Set/14	265,5	135,8	97,5	48,7	158,9
Out/14	255,8	136,5	107,6	50,7	157,4
Nov/14	247,9	138,7	125,7	44,7	155,5
Dez/14	259,9	143,2	142,7	51,4	163,1
Jan/15	286,9	143,6	286,9	143,6	169,8
Fev/15	291,4	140,0	112,8	44,7	168,4
Mar/15	284,8	137,8	141,0	55,9	168,7
Abr/15	277,3	149,1	120,1	49,9	171,7

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Inadimplência do Consumidor) (Consulta em 29/05/2015)

- (1) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.
 (2) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos.
 (3) Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2ª. devolução).

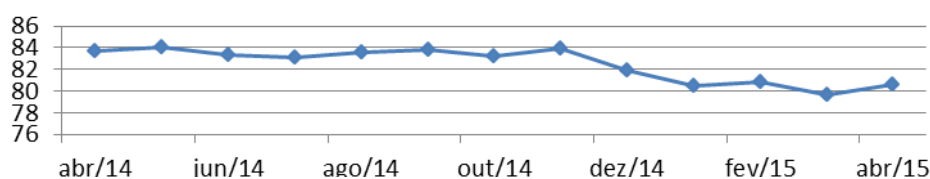
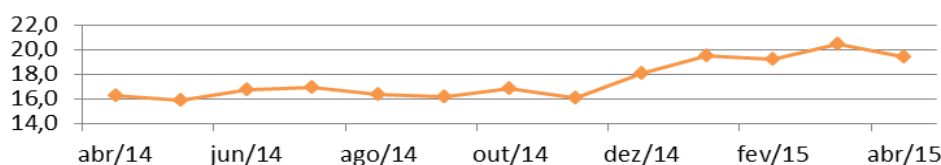
13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA

O NUCI de abril: 80,6 foi o maior do ano. foi 79,6, menor que mesmo mês de 2014. Os valores referentes ao 1.º quadrimestre de 2015 são menores que os verificados em todos os meses de 2014, o que demonstra uma queda aguda do desempenho da indústria brasileira no corrente ano, e uma ampliação da ociosidade em relação ao verificado em 2014. A combinação de queda na utilização da capacidade produtiva e maior ociosidade, surgem num contexto de redução do poder de compra, de maior comprometimento da renda da população, de ampliação do desemprego, de elevação da inflação, os quais, acumulados, comprometem a indústria de transformação brasileira. A economia brasileira apresenta desde 2014 um queda gradativa da velocidade de crescimento do consumo das famílias. O mercado externo não tem apresentado a mesma dinâmica de anos anteriores, e daí prejudicando as exportações de indústria brasileira. A recente desvalorização cambial do real não contribuiu para ampliar exportações industriais, porque o "fechamento" de contratos para novos negócios não ocorre de imediato.

De forma tradicional e considerando um efeito sazonal típico, o NUCI do último bimestre do ano mais o do 1.º mês do ano sinalizam queda na utilização da capacidade produtiva e maior ociosidade. Ou seja, para atender o acréscimo na demanda de dezembro a indústria eleva produção de agosto a outubro e diminui em dezembro. O mês de janeiro revela um período onde a indústria ainda está planejando a atuação para o restante do ano. Um aumento do NUCI revela crescimentos potenciais de emprego, salários, PIB, exportações, e outros.

A redução da ociosidade da capacidade instalada representa uma associação de expansão da demanda, aumento do poder de compra e maior receita tributária para o setor público, a ser revertida na forma de bens e serviços públicos adicionais.

TABELA 29 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)		
Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2007	85,1	14,9
2008	85,2	14,8
2009	80,2	19,8
2010	84,7	15,3
2011	84,0	16,0
2012	83,9	16,1
2013	84,3	15,7
2014	83,4	16,6
Mar	83,6	16,4
Abr	83,7	16,3
Mai	84,1	15,9
Jun	83,3	16,7
Jul	83,1	16,9
Ago	83,6	16,4
Set	83,8	16,2
Out	83,2	16,8
Nov	83,9	16,1
Dez	81,9	18,1
2015	--	--
Jan	80,5	19,5
Fev	80,8	19,2
Mar	79,6	20,4
Abr	80,6	19,4

NUCI NO BRASIL**Ociosidade**

III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

14. ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A arrecadação federal em cada mês do quadrimestre janeiro-abril de 2015 em valores correntes, segue a mesma tendência de 2014: elevação em janeiro, queda em fevereiro e março e nova ascensão em abril. Em valores constantes, o 1.º quadrimestre de 2015 indica queda em relação ao mesmo período do ano anterior. As vendas em queda da indústria automotiva e linha branca foram componentes importantes para a contenção, mas também a restrição econômica por que passa a economia brasileira. Após adotar alguns incentivos antes das eleições de 2014, o governo extinguiu os mesmos após as eleições e para 2015.

Fatores conjunturais imediatos apontam para 2015 indícios de queda na arrecadação do governo, vinculada à contenção do ritmo da economia. Visando superar uma possível queda, muito associada ao cenário de crise econômica, o governo federal deverá implementar ajustes fiscais, com elevação de alíquotas, redução de incentivos e até mesmo criação de novas taxas e contribuições. O "ajuste fiscal" e o corte no orçamento podem conter ainda mais a economia.

Fatos sazonais ocorrem na receita do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas do período; janeiro, tradicionalmente, é o mês de maior arrecadação federal, devido ao recolhimento referente ao mês anterior, o de maiores vendas do ano; fevereiro e março são os meses de menores arrecadações.

Os produtos de alta e média tecnologia, grandes geradores de impostos, com reduzida presença na produção brasileira, tem pequena participação no "bolo" da arrecadação.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destina-se a custear programas e políticas públicas, a máquina pública e pagamento da dívida pública.

TABELA 30 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Mar/2015 (IPCA)	Variação %
2011	969.892	1.239.299	27,78
2012	1.029.260	1.248.030	21,26
2013	1.138.326	1.299.576	14,17
Dez	118.364	131.698	11,27
2014	1.187.943	1.275.732	7,39
Jan	123.667	136.845	10,66
Fev	83.137	91.373	9,91
Mar	86.621	94.331	8,90
Abr	105.884	114.538	8,17
Mai	87.897	94.644	7,68
Jun	91.387	98.010	7,25
Jul	98.816	105.967	7,24
Ago	94.378	100.954	6,97
Set	90.722	96.493	6,36
Out	106.215	112.502	5,92
Nov	104.470	110.094	5,38
Dez	114.748	119.981	4,56
2015	418.617	425.235	1,58
Jan	125.282	129.396	3,28
Fev	89.982	91.817	2,04
Mar	94.112	94.780	0,71
Abr	109.241	109.241	0,00

TABELA 30.1 – ARRECAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Abr/15 – IPCA) Abr/2015 (R\$ milhões)

Imposto sobre importação	3.289
IPI Total	4.113
IR Total	33.986
IR Pessoa Física	7.594
IR Pessoa Jurídica	11.940
IR Retido na Fonte	14.453
IOF	2.858
COFINS	17.076
PIS / PASEP	4.563
CSLL	6.242
Cide – Combustíveis	0
Outras Receitas	2.169
Receita Previdenciária	29.311
Receita Administrada por Outros Órgãos	3.442
TOTAL DAS RECEITAS	109.241

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 01/06/2015)

TABELA 31 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2010 a 2013 (Em R\$ Bilhões)

Componentes	2010	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	3.674,96	4.140,00	4.392,09	4.844,82
Arrecadação Tributária Bruta	1.233,49	1.463,00	1.574,59	1.741,66
Carga Tributária Bruta	33,56%	35,31%	35,85%	35,95%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2013) (Consulta em 02/06/2015)

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, com finalidade de custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência social.
- (2) A arrecadação refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

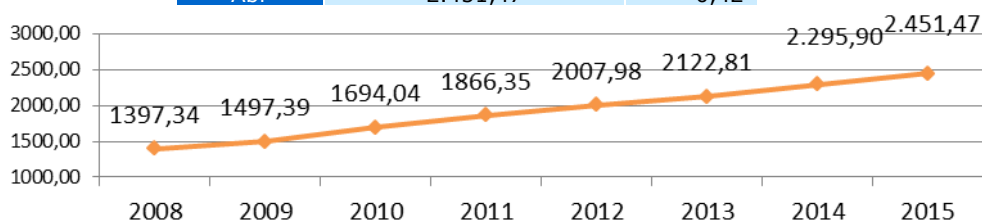
15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI

A DPFI em abril de 2015 chegou a R\$ 2.451 bilhões, em parte como decorrência da elevação dos juros SELIC pelo Banco Central e também um indicativo das dificuldades da economia brasileira, nas condições atuais impedem a viabilização, no curto prazo, de queda da dívida pública federal interna-DPFI. A tendência, no cenário atual, é de crescimento da dívida ao longo do ano. A administração ou gestão dessa dívida mostra maior velocidade no respectivo crescimento a partir de 2010. Ou seja, as providências adotadas até 2009, mais rígidas e com maior poder de controle, foram mais eficientes. Mas, a partir daí houve flexibilização, em parte devido os gastos crescentes do governo após 2010. Ocorre um descontrole nos padrões adotados até então, o que limita e condiciona o comportamento da receita que apresenta queda nos superávits primários mês a mês. Papel importante cabe à identificação seletiva de diferentes componentes dessa dívida, em termos da relação entre objetivos buscados e viabilizados e, de outro lado, os benefícios econômicos e sociais atingidos.

A maior parte da dívida é para pagamento a médio e longo prazo; não é dívida de curto prazo. Além disso, governo e credores podem fazer renegociações em relação ao débito, com mudanças nas taxas de juros, redefinir prazos extras adicionais ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros aos diferentes credores, quando o governo via Banco Central, aumenta a taxa de juros SELIC do Banco Central, a dívida cresce refletindo esse acréscimo; por outro lado, se a SELIC cai, verifica-se menor expansão da dívida pública. A velocidade de crescimento da dívida em 2010-2013, mais atual, superou o período 2007-2009.

TABELA 32 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA

Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) ⁽¹⁾	Variação (%)
2007	1.333,75	4,77
2008	1.397,34	4,77
2009	1.497,39	7,16
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
Abr	2.052,56	-1,35
Mai	2.122,92	3,43
Jun	2.202,97	3,77
Jul	2.173,18	-1,35
Ago	2.169,54	-0,17
Set	2.183,60	0,65
Out	2.155,37	-1,29
Nov	2.208,96	2,49
Dez	2.295,90	3,94
2015	--	--
Jan	2.247,88	-2,09
Fev	2.329,62	3,64
Mar	2.441,20	4,79
Abr	2.451,47	0,42



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 02/06/2015)

(1) Valores correspondentes ao saldo acumulado no ano.

16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

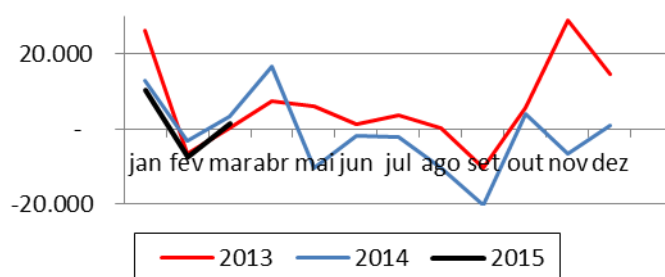
A conta do superávit primário em março de 2015 foi positiva, mas inferior ao mesmo mês do ano anterior. No corrente ano tem-se superávit de R\$ 4.511 milhões. A existência de superávit primário nas contas públicas corresponde, no mesmo exercício fiscal, a um valor de receitas superiores às despesas, sem considerar gastos com juros. Significa, portanto, uma poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. O desempenho e evolução do superávit são referências para investidores estrangeiros medirem a capacidade de um país pagar suas dívidas de forma contínua e regular. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos públicos ou de uma arrecadação cujo aumento seja superior aos gastos. Uma receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor desempenho da economia.

A queda no superávit primário ou um valor negativo pode indicar: a) menor arrecadação - seja por uma queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos determinados; b) maiores gastos públicos. Sob outra perspectiva, a existência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de responsabilidade do governo: investimentos e infraestrutura em geral, salários, política social ou outras. Ou seja, o superávit obtido pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos públicos. O governo pode optar por gastar depois ou não ter consciência de que é preciso efetuar despesas que beneficiem a população.

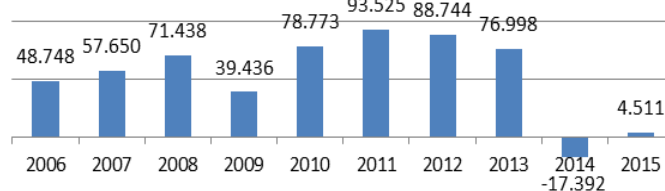
Os dados de 2012 e 2013 indicam queda no superávit primário do governo federal em relação a 2011, em parte influenciado pelas reduções tributárias destinadas ao reaquecimento, pelo menor desempenho da indústria e aceleração de gastos em obras de programas públicos federais. Em 2014, os números negativos indicam a manutenção com ampliação desse quadro.

TABELA 33 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL (Em R\$ Milhões)		
Período	Resultado do Governo (1)	Variação Percentual (%)
2005	52.673	6,75
2006	48.748	-7,45
2007	57.650	18,26
2008	71.438	23,92
2009	39.436	-44,80
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
Dez	14.533	-50,16
2014	-17.392	-122,59
Jan	12.955	-10,40
Fev	-3.079	-123,76
Mar	3.174	203,09
Abr	16.597	422,92
Mai	-10.502	-163,28
Jun	-1.946	81,47
Jul	-2.197	-12,88
Ago	-10.423	-374,44
Set	-20.400	-95,72
Out	4.101	120,10
Nov	-6.711	-263,64
Dez	1.039	115,49
2015	4.511	-65,43
Jan	10.405	901,28
Fev	-7.357,8	-170,71
Mar	1.463,7	119,89

EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)



EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (2)
(Em R\$ milhões)



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 02/06/2015)

(1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários.

(2) Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

17. O ICMS NO PARANÁ

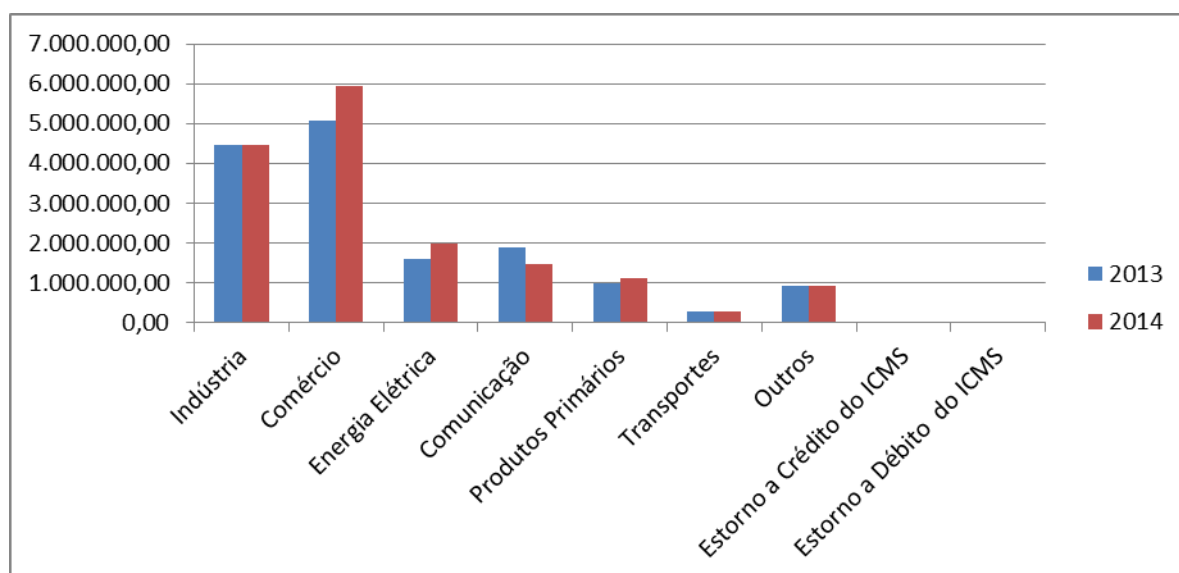
O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos governos estaduais. Existe uma “guerra” fiscal entre os estados da Federação, onde cada um estabelece alíquotas de ICMS diferenciadas em relação aos demais com o objetivo de atrair empresas ou obter outras formas de benefícios. O Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ é encarregado de decisões relativas ao ICMS sendo, no entanto, necessário à unanimidade para a aprovação. Isto não ocorrendo, continua a prevalecer as diferenças de alíquotas entre os Estados.

Foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo federal, atribuindo ao governo federal, a partir de 2013, a definição de alíquotas tributárias do ICMS e a regulamentação da cobrança do ICMS. No entanto, a questão permanece ainda no formato de projeto.

TABELA 34 – PARANÁ: ARRECAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE
(Em R\$ milhares)

Ordem	Setor de Atividade	2013	2014	Variação Percentual (%)
1	Indústria	4.474.576,68	4.466.977,11	-0,17
2	Comércio	5.081.902,07	5.927.071,81	16,63
3	Energia Elétrica	1.601.736,19	1.982.615,06	23,78
4	Comunicação	1.879.666,78	1.454.626,66	-22,61
5	Produtos Primários	992.582,51	1.100.045,14	10,83
6	Transportes	261.129,59	269.851,98	3,34
7	Outros	906.052,94	906.052,94	0,00
8	Estorno a Crédito do ICMS	0,70	1,95	178,30
9	Estorno a Débito do ICMS	14.998,68	2.264,11	-84,90
---	Total	15.182.648,78	16.104.978,55	6,07

Fonte: www.fazenda.pr.gov.br – (Gestão do Dinheiro Público – Balanço Geral) (Consulta em 02/06/2015)



IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Em abril houve superávit na balança comercial brasileira; o valor de maio não permitiu um valor positivo no acumulado do ano. No entanto, os números de maio desde que mantidos nos meses seguintes, poderão permitir uma inversão do desempenho, contando com uma taxa de câmbio que superou a barreira dos R\$ 3,00. Em cinco meses, o déficit comercial é: -US\$ -2,3 bilhões. Em 2014, o saldo comercial foi negativo: -US\$ 3,9 bilhões e, portanto, pior que o de 2013, que já havia sido ruim. Os valores mensais negativos em 2014 se concentraram no 1.º bimestre, meses que foram os principais responsáveis pelo saldo negativo no ano; o histórico de desempenho do bimestre se repete em 2015. Em 2014, o maior mercado brasileiro na América Latina- Argentina- cortou importações. A conta turismo foi deficitária e a conta-petróleo, negativa em quase US\$ 16 bilhões. A valorização cambial recente do US\$ - superou a barreira dos R\$ 3,00- poderia melhorar exportações, mas ainda não ajudou porque o “fechamento” de contratos para novos negócios não ocorre de imediato.

A queda na cotação do petróleo no mercado mundial motivado, em parte, pelo aumento da produção americana e redução das suas importações e a opção pelo xisto, poderão ajudar a conter o negativo da conta petróleo da Petrobrás, o que é conveniente para o saldo comercial do país. No entanto poderá atuar como fator de adiamento da exploração interna de petróleo.

O déficit no saldo comercial de 2014 pode ser explicado por: recuperação dos EUA; restrições de países do Euro; menores vendas para Argentina; menor crescimento da China; alta tributação e efeito *casca*; expansão da importação de petróleo; pequena participação de produtos de alta/média tecnologia nas exportações; predomínio de *commodities* nas exportações (menor valor agregado). Os preços chineses afetaram a competitividade brasileira.

Se o dólar valorizado em 2013 (maior poder de compra ao importador externo) não permitiu elevar exportações devido fatores já mencionados, por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi superada; não é a curto prazo que o perfil industrial do país se altera ou recupera, considerando as limitações competitivas vigentes. Cumpre recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e mais empregos criados.

TABELA 35 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*	Variação (%)
2007	160.649	16,58	120.617	32,04	40.032	-13,83
2008	197.942	23,21	172.985	43,42	24.958	-37,66
2009	152.995	-22,71	127.722	-26,17	25.272	1,26
2010	201.915	31,98	181.768	42,32	20.147	-20,28
2011	256.040	26,81	226.240	24,47	29.799	47,91
2012	242.580	-5,26	223.149	-1,37	19.431	-25,23
2013	242.183	-0,2	239.623	7,4	2.560	-87,2
2014	225.101	-7,05	229.031	-4,42	-3.930	-253,53
Jan	16.026	-23,12	20.084	10,40	-4.058	-252,91
Fev	15.934	-0,57	18.059	-10,08	-2.125	-47,64
Mar	17.628	10,63	17.516	-3,01	112	-105,27
Abr	19.724	11,89	19.218	9,72	506	351,79
Mai	20.752	5,21	20.040	4,28	712	40,71
Jun	20.467	-1,37	18.102	-9,67	2.365	232,16
Jul	23.025	12,50	21.450	18,50	1.575	-33,40
Ago	20.465	-11,12	19.297	-10,03	1.168	-25,84
Set	19.617	-4,14	20.556	6,52	-939	-180,39
Out	18.230	-7,07	19.507	-5,10	-1.277	-35,99
Nov	15.646	-14,17	17.996	-7,75	-2.350	-84,02
Dez	17.491	11,79	17.198	-4,43	293	112,47
2015	74.700	-17,06	77.006	-18,87	-2.306	52,49
Jan	13.704	-21,65	16.878	-1,86	-3.174	-1183,28
Fev	12.092	-11,76	14.934	-11,52	-2.842	10,46
Mar	16.979	40,42	16.521	10,63	458	116
Abr	15.156	-10,74	14.665	-11,23	491	7
Mai	16.769	10,64	14.008	-4,48	2.761	462

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 03/06/2015)

(*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

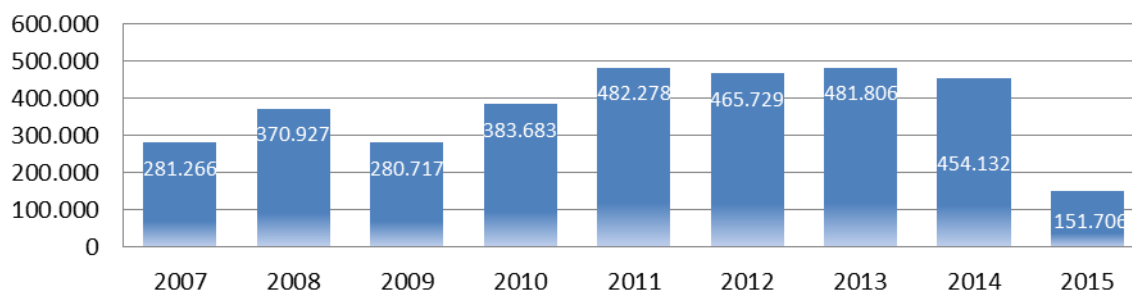
18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 36 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2014 (JAN-DEZ)			2015 (JAN-ABR)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
AELC (1)	3.299	3.910	-611	736	1.091	-355
África (2)	9.701	17.061	-7.360	2.379	2.978	-600
Aladi (3)	46.042	37.569	8.472	12.001	10.037	1.964
MERCOSUL(*)	25.053	18.446	6.607	6.577	4.703	1.874
Argentina	14.282	14.143	139	4.084	3.645	439
Paraguai	3.194	1.210	1.983	790	347	443
Uruguai	2.945	1.918	1.027	846	437	409
Venezuela	4.632	1.174	3.458	856	274	582
Chile	4.984	4.029	955	1.184	1.161	23
México	3.670	5.363	-1.693	1.080	1.568	-488
Outros (4)	12.335	9.732	2.603	3.160	2.605	555
Ásia	73.499	71.166	2.333	18.052	22.205	-4.153
China	40.616	37.340	3.276	9.625	12.152	-2.527
Coreia do Sul	3.831	8.526	-4.695	957	2.330	-1.373
Japão	6.718	5.901	817	1.504	1.780	-276
Outros	22.334	19.398	2.935	5.966	5.943	24
Canadá	2.316	2.715	-399	749	776	-27
EUA (5)	27.135	35.296	-8.161	7.818	9.635	-1.818
Europa Oriental (6)	4.583	3.960	623	808	1.019	-210
Oriente Médio	10.419	8.000	2.420	3.083	1.372	1.711
União Europeia	42.012	46.698	-4.686	10.845	12.851	-2.006
Alemanha	6.632	13.837	-7.205	1.815	3.617	-1.802
França	2.918	5.698	-2.780	772	1.455	-683
Itália	4.021	6.310	-2.289	1.097	1.706	-609
Países Baixos	13.001	3.168	9.833	3.023	949	2.074
Reino Unido	3.827	3.257	570	1.076	871	205
Outros (7)	22.334	19.398	2.935	5.966	5.943	24
Outros	6.095	2.655	3.439	1.460	1.032	428
Opep (8)	16.866	21.557	-4.691	4.256	3.439	817
Total	225.101	229.031	-3.930	57.932	62.997	-5.066

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)
(Consulta em 01/06/2015)

As restrições impostas pela Argentina às exportações brasileiras prejudicam a balança comercial nacional, a indústria exportadora brasileira e paranaense. Também o MERCOSUL perde com as medidas adotadas pela Argentina.

Brasil: Corrente de Comércio (*)
Em US\$ milhões

(*) Dados de 2015 referentes ao acumulado no ano.

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com balança comercial, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

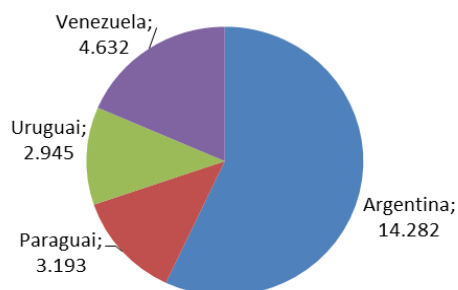
Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 37 - INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

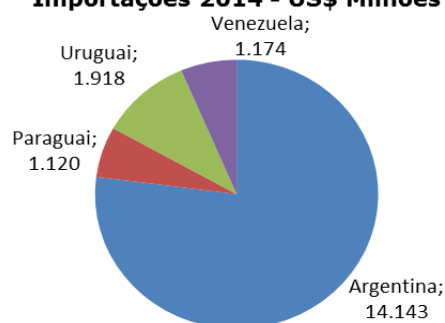
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2015 (Jan-Abr)						
Argentina	4.084	7,05	3.645	5,79	439	7.729
Paraguai	790	1,36	347	0,55	443	1.137
Uruguai	846	1,46	437	0,69	409	1.283
Venezuela	856	1,48	274	0,44	582	1.131
MERCOSUL	6.577	11,35	4.703	7,47	1.874	11.280
Total	57.932	100	62.997	100	-5.066	120.929
2014						
Argentina	14.282	6,34	14.143	6,18	139	28.425
Paraguai	3.193	1,42	1.120	0,49	2.073	4.313
Uruguai	2.945	1,31	1.918	0,84	1.027	4.863
Venezuela	4.632	2,06	1.174	0,51	3.458	5.806
MERCOSUL	25.052	11,13	18.355	8,01	6.697	43.407
Total	225.101	100	229.031	100	-3.930	454.132
2013						
Argentina	19.615	8,10	16.463	6,87	3.153	36.078
Paraguai	2.997	1,24	1.040	0,43	1.957	4.036
Uruguai	2.071	0,86	1.767	0,74	304	3.838
Venezuela	4.850	2,00	1.181	0,49	3.669	6.031
MERCOSUL	29.533	12,19	20.450	8,53	9.083	49.983
Total	242.183	100,00	239.623	100,00	2.560	481.806
2012						
Argentina	17.998	7,42	16.444	7,37	1.554	34.442
Paraguai	2.618	1,08	988	0,44	1.630	3.605
Uruguai	2.185	0,90	1.819	0,82	366	4.003
Venezuela	5.056	2,08	997	0,45	4.059	6.053
MERCOSUL	27.856	11,48	20.247	9,07	7.609	48.103
Total	242.580	100,00	223.149	100,00	19.431	465.729
2011						
Argentina	22.709	8,87	16.906	7,47	5.803	39.616
Paraguai	2.969	1,16	716	0,32	2.253	3.684
Uruguai	2.175	0,85	1.754	0,78	421	3.928
Venezuela	4.592	1,79	1.266	0,56	3.325	5.858
MERCOSUL	32.444	12,67	20.642	9,12	11.802	53.086
Total	256.040	100,00	226.240	100,00	29.799	482.280

Fonte: www.mdic.gov.br - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior - Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 01/06/2015)

Exportações 2014 - US\$ Milhões



Importações 2014 - US\$ Milhões



18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**TABELA 38 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2015 (JAN-ABR)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	478,49	20,02
2	Óleos brutos de petróleo	391,79	16,39
3	Automóveis com motor explosão, de cilindrada 1.000<cm3<1.500	204,74	8,57
4	Carnes desossadas de bovino	150,37	6,29
5	Chassis com motor diesel e cabina	111,57	4,67
6	Tratores rodoviários para semi-reboques	99,92	4,18
7	Máquinas e aparelhos para fabricação de papel ou cartão	98,80	4,13
8	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas	97,29	4,07
9	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	79,52	3,33
10	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <=5 toneladas	77,25	3,23
11	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	68,24	2,86
12	Adbos minerais ou químicos	66,39	2,78
13	Outros motores de explosão, cm3>1000	65,07	2,72
14	Outros pneumáticos novos dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	64,27	2,69
15	Alumina calcinada	61,83	2,59
16	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	60,64	2,54
17	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	54,21	2,27
18	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	53,88	2,25
19	Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	52,95	2,22
20	Outras preparações para elaboração de bebidas	52,87	2,21
-	Total	2.390,11	100,00

TABELA 39 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, carga <= 5 toneladas	465,32	17,82
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	379,97	14,55
3	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000	250,09	9,58
4	Automóveis com motor explosão, cm3<1.000	244,04	9,34
5	Naftas para petroquímica	217,85	8,34
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	116,60	4,46
7	Malte não torrado, inteiro ou partido	109,19	4,18
8	Outras caixas de marchas	92,73	3,55
9	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	79,32	3,04
10	Automóveis com motor explosão 1.000<cm3<1.500 cm3	75,19	2,88
11	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	67,36	2,58
12	Garraões, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	67,22	2,57
13	Cevada cervejeira	63,41	2,43
14	Desodorantes (desodorizantes) corporais e antiperspirantes, líquidos	63,35	2,43
15	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	61,19	2,34
16	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre, congeladas	58,83	2,25
17	Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	50,53	1,93
18	Outros motores diesel/semidiesel	50,21	1,92
19	Pastas químicas de madeira, exceto pastas para dissolução	49,94	1,91
20	Outros propanos liquefeitos	49,56	1,90
-	Total	2.612,89	100

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 40 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2014		2015
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-ABR)
1	Estados Unidos	27.027,77	12,01	7.779,29
2	Argentina	14.282,00	6,34	4.084,21
3	Chile	4.984,19	2,21	1.183,68
4	Paraguai	3.193,59	1,42	790,46
5	Venezuela	4.632,14	2,06	856,45
6	México	3.669,96	1,63	1.080,01
7	Uruguai	2.945,36	1,31	845,73
8	Colômbia	2.384,26	1,06	681,25
9	Canadá	2.315,56	1,03	749,30
10	Bolívia	1.612,36	0,72	478,57
11	Peru	1.817,70	0,81	487,82
12	Equador	822,10	0,37	224,81
13	Bahamas	613,32	0,27	240,62
14	Trinidad e Tobago	534,69	0,24	99,68
15	Cuba	507,78	0,23	114,80
--	Total	225.100,88	100,00	57.931,52

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 01/06/2015)

TABELA 41 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2014		2015
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-ABR)
1	Estados Unidos	35.006,61	15,28	9.539,24
2	Argentina	14.143,17	6,17	3.645,13
3	México	5.363,01	2,34	1.567,64
4	Chile	4.017,98	1,75	1.160,32
5	Bolívia	3.816,33	1,67	1.007,33
6	Canadá	2.715,47	1,18	775,82
7	Uruguai	1.918,47	0,84	437,07
8	Colômbia	1.715,52	0,75	463,76
9	Peru	1.711,58	0,75	416,79
10	Trinidad e Tobago	1.235,27	0,54	562,27
11	Paraguai	1.210,14	0,53	347,02
12	Venezuela	1.174,12	0,51	274,06
13	Porto Rico	299,45	0,13	96,39
14	Costa Rica	278,58	0,12	19,59
15	Equador	142,85	0,06	44,00
16	Total	229.142,51	100,00	62.997,32

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 01/06/2015)

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Principais Produtos Exportados e Importados

TABELA 42 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percen tual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	5.127,06	17,10
2	Óleos brutos de petróleo	3.803,68	12,69
3	Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	3.541,08	11,81
4	Café não torrado, não descafeinado, em grão	2.028,28	6,77
5	Outros açúcares de cana	1.727,37	5,76
6	Pastas químicas de madeira, exceto pastas para dissolução	1.620,17	5,40
7	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	1.488,24	4,96
8	Minérios de ferro e seus concentrados	1.473,59	4,92
9	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	1.228,67	4,10
10	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1.126,07	3,76
11	Milho em grão, exceto para sementeira	962,84	3,21
12	Alumina calcinada	876,42	2,92
13	Outros aviões e outros veículos aéreos	741,02	2,47
14	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	700,48	2,34
15	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	608,10	2,03
16	Ferro-nióbio	604,95	2,02
17	Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes para aeronaves	603,47	2,01
18	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000	591,65	1,97
19	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	564,03	1,88
20	Outros açúcares de cana	561,64	1,87
--	Total	29.978,82	100,00

TABELA 43 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percen tual (%)
1	Óleos brutos de petróleo	1.985,11	12,49
2	Gasóleo (óleo diesel)	1.551,64	9,76
3	Gás natural liquefeito	1.515,45	9,53
4	Naftas para petroquímica	1.126,35	7,09
5	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	1.083,13	6,81
6	Gás natural no estado gasoso	1.055,81	6,64
7	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000	973,82	6,13
8	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão	812,02	5,11
9	Hulha betuminosa, não aglomerada	720,87	4,53
10	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	621,56	3,91
11	Outras gasolinas, exceto para aviação	611,94	3,85
12	Outros cloretos de potássio	596,81	3,75
13	Outros veículos automóveis com motor diesel, carga <= 5 toneladas	465,35	2,93
14	Cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas	425,64	2,68
15	Outras caixas de marchas	422,49	2,66
16	Barcos-faróis/quindastes/docas/diques flutuantes, etc.	421,13	2,65
17	Outros trigos e misturas de trigo, exceto para sementeira	415,69	2,62
18	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	373,94	2,35
19	Outros circuitos integrados monolíticos	362,21	2,28
20	Outras partes de aviões ou de helicópteros	355,23	2,23
--	Total	15.896,19	100

Conta Petróleo do Brasil

TABELA 44 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-ABR) FOB

	2014	2015
Exportação	69.312	57.931
Petróleo e Derivados	6.886	5.289
Demais	62.246	52.642
Importação	74.885	62.997
Petróleo e Derivados	12.945	8.800
Demais	61.940	54.197
Saldo	-5.579	-5.066
Petróleo e Derivados	-6.059	-3.511
Demais	486	-1.555

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**18.1. Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna**

Anunciadas ou vigentes desde maio/2010, para estimular o setor exportador e valorizar a produção da indústria nacional. Algumas das decisões não foram implementadas eficientemente e não produziram os efeitos necessários e esperados. As providências são as seguintes:

- 1. Créditos Tributários:** Devolução de 50% dos créditos de PIS/PASEP, COFINS, IPI, acumulados na exportação até 30 dias após o pedido. Atualmente o retorno leva até cinco anos. Terão direito as empresas ;
 - a)** que exportaram pelo menos 30% do faturamento nos últimos dois anos.
 - b)** que sejam exportadoras há no mínimo quatro anos.
 - c)** com tributação pelo lucro real e que utilizem nota fiscal eletrônica.
 - d)** cujo histórico de pedidos de ressarcimento negados não supere em 15% o total solicitado nos últimos dois anos.
- 2. Banco de Fomento:** Criação do EXIM Brasil (no estilo do Eximbank internacional), subsidiário do BNDES especializado em comércio exterior para diminuir burocracia e dar mais rapidez a operações de exportação. Voltado para operações de longo prazo, como bens de capital e serviços de engenharia.
- 3. Micro e Pequenas Empresas:** Poderão exportar até R\$ 2,4 milhões sem a contabilização desse valor no limite de faturamento para enquadramento no Simples, que é também R\$ 2,4 milhões.
- 4. Financiamento:** BNDES poderá destinar R\$ 7 bilhões para linha de exportação de bens de consumo subsidiada pelo Tesouro Nacional.
- 5. Garantias de criação:**
 - a)** FGCE-Fundo Garantidor de Comércio Exterior, que terá transferências de fundo do BNDES.
 - b)** FGIE- Fundo Garantidor de Infraestrutura, que reunirá fundos naval e de energia e as PPP's (Parceria Público-Privada), somando R\$ 5 bilhões.
 - c)** EBS-Empresa Brasileira de Seguros para administrar risco dos fundos garantidores da União e para concessão de seguros com o setor privado.
- 6. Isenção:** Ampliação do "drawback isenção" para o mercado interno, em que os tributos pagos na compra de insumos para produtos exportados poderão ser descontados na reposição de matéria-prima nacional.
- 7. Compras Governamentais:** Produtos nacionais terão preferência nas compras do governo federal. O valor será de até 25% do similar produzido em outro país.
- 8. Autopeças:** Acaba com o desconto de 40% sobre o Imposto de Importação de autopeças para estimular a produção nacional.
- 9. Valorização recente do dólar** (e consequente desvalorização do R\$) poderá favorecer exportações, conter a demanda de importados (que participam com 23% a 25% na demanda final), e elevar a produção interna em segmentos específicos.
- 10. Aumento do IPI para carros importados** (set 2011): **passou a vigorar em 2012;**
- 11. Eleva de 3 para 5 anos a cobrança de 6% do IOF:** nas operações de cambio contratadas após 12/03/2012.
- 12. Proteção a produtos da Zona Franca de Manaus:** aumento de 20% p/ 35 do IPI de importados: motos, micro-ondas e aparelhos de ar condicionado.
- 13. Governo anuncia em 01/10/2012 lista de 100 produtos importados** que terão aumento no imposto de importação.
- 14. Final de janeiro de 2013:** Banco Central injeta dólares no mercado, para forçar baixa do dólar no mercado, como parte de uma política anti-inflacionária.
- 15. Junho/2013:** providencias visaram estimular a permanência de US\$ na economia brasileira.
- 16. Dezembro/2013:** aumento no IOF para uso de cartões de crédito no exterior.
- 17. Março/2015:** dólar-US\$ rompe a barreira dos R\$ 3,00.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

O saldo da balança comercial no 1.º quadrimestre foi positivo: US\$ 128 milhões. No ano de 2014, o Paraná teve um saldo negativo na balança comercial de -US\$ 1.104,6 milhões, tendo sido este o 4.º saldo negativo seqüencial (desde 2011) nas contas externas do Estado. O dólar valorizado não ainda ajudou a melhorar. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2014 atingiu US\$ 33,6 bilhões, valor que sinaliza queda na abertura econômica do Estado em relação ao triênio anterior: 2011 a 2013. O saldo comercial negativo de 2011 a 2014, não ocorria desde 2005.

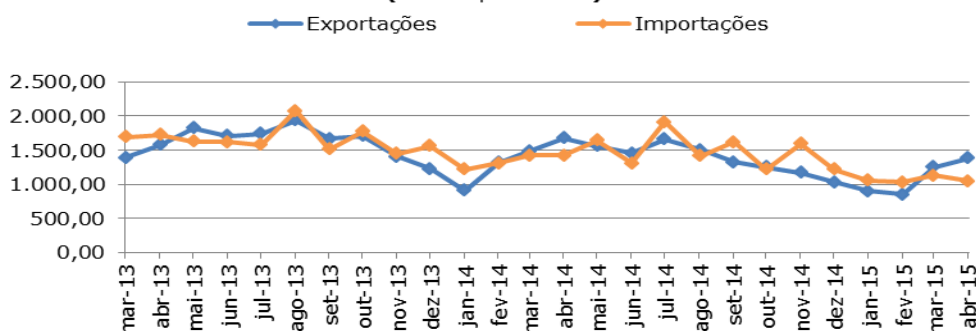
O quadro crítico interno do País, em termos políticos, éticos e morais afetam toda a economia, que ainda tem que carregar a carga negativa dos escândalos do Petrobrás de diversas conotações só contribuem para dificultar ainda mais o desempenho de uma economia como a do Paraná. O início de 2015, coincidente com o início do governo reeleito em 2014, se apresenta, sem dúvida, como um período de crise econômica, aumento de preços, maior tributação e, lamentavelmente, retração nos investimentos.

A crise na economia da Argentina, a sua carência de divisas, mais as exigências adicionais por eles formuladas, dificultam exportações paranaenses para aquele país, prejudicando bastante a indústria do Paraná, que sempre teve naquele país importante e grande mercado.

TABELA 45 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2007	12.352,86	9.017,99	3.334,87	21.370,85
2008	15.247,18	14.570,22	676,96	29.817,40
2009	11.222,83	9.620,84	1.601,98	20.843,67
2010	14.176,01	13.956,96	219,05	28.132,97
2011	17.394,23	18.767,23	-1.373,00	36.161,46
2012	17.709,59	19.387,10	-1.677,52	37.096,69
2013	18.239,20	19.343,80	- 1.104,60	37.583,00
2014	16.332	17.294	-962	33.626,42
Fev	1.313,19	1.304,34	8,85	2.617,53
Mar	1.486,05	1.419,41	66,64	2.905,45
Abr	1.671,43	1.425,21	246,22	3.096,64
Mai	1.560,96	1.645,81	-84,85	3.206,78
Jun	1.457,73	1.306,81	150,93	2.764,54
Jul	1.656,06	1.914,17	-258,11	3.570,23
Ago	1.505,80	1.414,66	91,14	2.920,46
Set	1.328,27	1.615,21	-286,94	2.943,47
Out	1.247,30	1.217,50	29,79	2.464,79
Nov	1.169,22	1.597,83	-428,606	2.767,07
Dez	1.031,59	1.216,05	-184,459	2.247,65
2015	4.387,00	4.258,91	128,10	8.645,91
Jan	903,90	1.055,76	-151,75	1.959,56
Fev	852,61	1.032,86	-180,30	1.885,53
Mar	1.247,26	1.127,02	120,24	2.374,28
Abr	1.383,23	1.043,31	339,91	2.426,54

Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br –(Comércio exterior – Estatística do comércio exterior –Balança comercial – Estados) (Consulta em 29/05/2015)

(*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

Relações Comerciais com o MERCOSUL

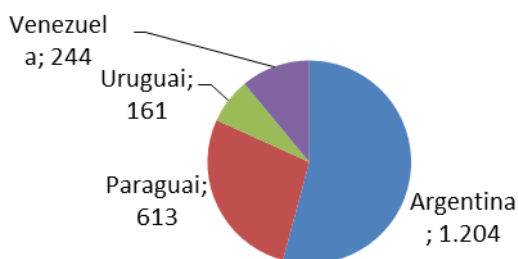
TABELA 46 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2015 (Jan-Abr)						
Argentina	276	51,11	374	68,93	-98	650
Paraguai	179	33,07	141	25,90	38	320
Uruguai	45	8,39	26	4,70	19	71
Venezuela	40	7,43	2	0,47	38	42
MERCOSUL	541	12,32	543	12,76	-2	1.084
Total	4.387	100,00	4.259	100,00	128	8.646
2014						
Argentina	1.204	7,37	1.814	10,49	-560	2.488
Paraguai	613	3,75	545	3,15	51	977
Uruguai	161	0,99	133	0,77	11	239
Venezuela	244	1,49	11	0,06	199	221
MERCOSUL	2.222	13,61	2.503	14,47	-264	3.558
Total	16.332	100,00	17.294	100,00	-962	33.626
2013						
Argentina	2.049	11,23	2.322	12,00	-273	4.371
Paraguai	622	3,41	404	2,09	218	1.027
Uruguai	168	0,92	124	0,64	43	292
Venezuela	161	0,88	116	0,60	44	277
MERCOSUL	3.000	16,45	2.967	15,34	33	5.967
Total	18.239	100,00	19.343	100,00	-1.104	37.582
2012						
Argentina	1.835	10,36	2.308	11,90	-473	4.143
Paraguai	524	2,96	453	2,34	71	978
Uruguai	401	2,26	102	0,53	299	503
Venezuela	156	0,88	20	0,10	137	176
MERCOSUL	2.916	16,47	2.883	14,87	33	5.800
Total	17.709	100,00	19.387	100,00	-1.677	37.096
2011						
Argentina	1.782	10,24	1.999	10,65	-217	3.781
Paraguai	572	3,29	265	1,41	308	837
Uruguai	285	1,64	70	0,37	216	355
Venezuela	283	1,63	9	0,05	274	292
MERCOSUL	2.923	16,81	2.342	12,48	581	5.265
Total	17.394	100,00	18.767	100,00	-1.373	36.161

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta : 29/05/2015)

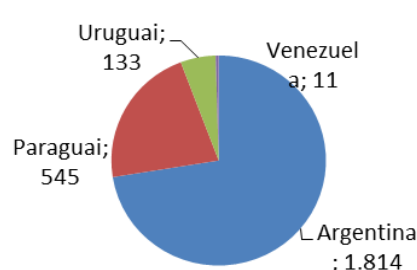
Exportações 2014 - US\$

Milhões



Importações 2014 - US\$

Milhões



19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 47 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Aubos minerais ou químicos	57,57	20,40
2	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000	46,23	16,38
3	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita	25,05	8,88
4	Outros motores de explosão, cm3>1.000	18,16	6,44
5	Eixos de transmissão com diferencial para veículos	16,91	5,99
6	Outros tratores	12,74	4,52
7	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	12,20	4,32
8	Outras carnes de suíno, congeladas	11,79	4,18
9	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico impresso	11,39	4,04
10	Cervejas de malte	8,39	2,97
11	Falsos tecidos de polipropileno, mesmo impregnados	7,64	2,71
12	Outros recipientes tubulares, de alumínio, capacidade<300 litros	7,20	2,55
13	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	7,00	2,48
14	Tratores rodoviários para semi-reboques	6,61	2,34
15	Estopins e rastilhos de segurança; cordéis detonantes e fulminantes	6,25	2,21
16	Outras partes de refrigeradores, congeladores, etc.	5,96	2,11
17	Outros motores de explosão, 250<cm3<1.000	5,70	2,02
18	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	5,29	1,87
19	Ovos fertilizados destinados à incubação	5,27	1,87
20	Partes para assentos, de outras matérias	4,86	1,72
-	Total	282,24	100

TABELA 48 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2014 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	76,78	19,49
2	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	65,50	16,63
3	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000	36,13	9,17
4	Pastas químicas de madeira, exceto pastas para dissolução	25,10	6,37
5	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	22,91	5,81
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	21,03	5,34
7	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	17,79	4,52
8	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	15,50	3,93
9	Outras caixas de marchas	13,55	3,44
10	Farinha de trigo	11,90	3,02
11	Milho em grão, exceto para semeadura	11,76	2,99
12	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	11,11	2,82
13	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	9,20	2,34
14	Máquinas e aparelhos para a indústria cervejeira	8,85	2,25
15	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios utilizados em veículos	8,44	2,14
16	Cevada cervejeira	8,34	2,12
17	Outros fungicidas apresentados de outro modo	8,08	2,05
18	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	8,08	2,05
19	Herbicida à base de glifosato ou seus sais, de imazaquim ou de lactofen	7,53	1,91
20	Malte não torrado, inteiro ou partido	6,36	1,61
-	Total	393,96	100

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 49 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2014 (JAN-DEZ)			2015 (JAN-ABR)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	3.365,38	37,79	China	952,81	38,85
2	Argentina	1.204,19	13,52	Argentina	276,34	11,27
3	Estados unidos	706,25	7,93	Estados unidos	232,02	9,46
4	Países baixos (Holanda)	661,92	7,43	Alemanha	204,51	8,34
5	Alemanha	655,12	7,36	Paraguai	178,82	7,29
6	Paraguai	613,11	6,89	Arábia saudita	171,67	7,00
7	Arábia saudita	526,79	5,92	Países baixos (Holanda)	130,14	5,31
8	Rússia	394,90	4,43	Índia	122,76	5,00
9	Tailândia	391,15	4,39	Franca	92,75	3,78
10	Franca	385,73	4,33	Hong Kong	90,97	3,71
---	Total	8.904,53	100,00	Total	2.452,79	100,00

TABELA 50 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2015 (JAN-ABR) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	887,03	29,29
2	Pedaços e miudezas de galos/galinhas, congelados	419,39	13,85
3	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	318,99	10,53
4	Carnes de galos/galinhas, não cortadas, congeladas	200,84	6,63
5	Outros açúcares de cana	162,89	5,38
6	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	142,54	4,71
7	Outras madeiras folheadas	118,43	3,91
8	Milho em grão, exceto para semeadura	112,85	3,73
9	Café solúvel, mesmo descafeinado	95,45	3,15
10	Outros papeis e cartões para a escrita	88,14	2,91
11	Madeira de coníferas perfiladas	63,17	2,09
12	Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000	62,76	2,07
13	Adubos e fertilizantes	57,57	1,90
14	Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	56,78	1,88
15	Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	51,27	1,69
16	combustíveis e lubrificantes para embarcações	50,30	1,66
17	Outros trigos e misturas de trigo com centeio	38,20	1,26
18	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	37,16	1,23
19	Bombas injetoras de combustível para motor a diesel	32,55	1,07
20	Outros motores de explosão	31,94	1,05
	Total	3.028,27	100,00

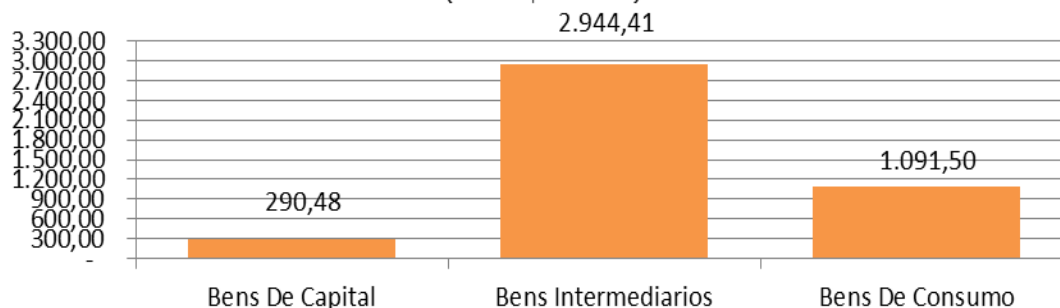
Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)

Consulta em 29/05/2015

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Abr de 2015)(2)

(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 29/05/2015)

(*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 52 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2015 (JAN-ABR)			2015 (JAN-ABR)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.711,49	41,22	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.227,90	31,23
Aladi	929,66	22,39	União Europeia - UE	1.112,71	28,30
União Europeia - UE	693,39	16,70	Aladi	868,86	22,10
Oriente Médio	382,29	9,21	África	374,35	9,52
Demais Blocos	435,12	10,48	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	347,58	8,84
Total	4.151,94	100,00	Total	3.931,40	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

TABELA 53 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Cargill Agricola S A	287,90	12,95
2	Brf S.A.	253,20	11,39
3	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	225,56	10,15
4	Nidera Sementes Ltda.	162,83	7,32
5	Bunge Alimentos S/A	161,16	7,25
6	Seara-Ind. E Comercio De Produtos Agro-Pecuarios Ltda	133,83	6,02
7	Klabin S.A.	114,70	5,16
8	Renault Do Brasil S.A	109,83	4,94
9	Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	100,61	4,53
10	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	90,05	4,05
11	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	71,33	3,21
12	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	69,85	3,14
13	Companhia Cacique De Cafe Soluvel	62,37	2,81
14	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	60,06	2,70
15	Caterpillar Brasil Ltda	56,40	2,54
16	Seara Alimentos Ltda	56,16	2,53
17	Cooperativa Agroindustrial Lar	54,61	2,46
18	Usina Alto Alegre S/A - Acucar E Alcool	51,76	2,33
19	Robert Bosch Limitada	51,13	2,30
20	Btg Pactual Commodities S.A	49,71	2,24
---	Total	2.223,03	100,00

TABELA 54 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	333,29	17,06
2	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	321,92	16,48
3	Volkswagen Do Brasil Ltda	309,26	15,83
4	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	110,48	5,66
5	Electrolux Do Brasil S/A	105,27	5,39
6	Positivo Informatica S/A	82,82	4,24
7	Yara Brasil Fertilizantes S/A	80,15	4,10
8	Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda.	75,72	3,88
9	Brf S.A.	75,14	3,85
10	Adama Brasil S/A	59,96	3,07
11	Cnh Industrial Latin America Ltda.	56,66	2,90
12	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	49,32	2,53
13	Cervejarias Reunidas Skol Caracu S A	45,88	2,35
14	Oil Trading Importadora E Exportadora Ltda.	38,10	1,95
15	Caterpillar Brasil Ltda	38,03	1,95
16	Fertilizantes Heringer S.A.	36,72	1,88
17	Klabin S.A.	34,76	1,78
18	Arauco Do Brasil S.A.	34,75	1,78
19	Aker Solutions Do Brasil Ltda	33,02	1,69
20	Denso Do Brasil Ltda	31,96	1,64
---	Total	1.953,23	100,00

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 55 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO (Em US\$ Milhões)				
Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2007	4.233,78	7.949,75	169,32	12.352,86
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
Dez	386,65	826,09	15,09	1.227,83
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
Jan	345,05	545,01	14,48	904,54
Fev	686,35	604,99	21,85	1.313,19
Mar	868,74	594,77	22,53	1.486,05
Abr	1.112,96	532,58	25,88	1.671,42
Mai	904,38	633,96	22,63	1.560,96
Jun	796,41	638,39	22,93	1.457,73
Jul	865,85	763,21	27,00	1.656,06
Ago	772,53	704,02	29,25	1.505,80
Set	650,78	659,34	18,15	1.328,27
Out	497,61	733,31	16,37	1.247,29
Nov	439,80	708,35	21,08	1.169,23
Dez	363,62	657,32	10,65	1.031,60
2015	2.225,02	2.106,53	55,45	4.387,00
Jan	346,97	545,59	11,34	903,90
Fev	362,69	479,06	10,87	852,61
Mar	679,03	552,95	15,27	1.247,26
Abr	836,33	528,93	17,97	1.383,23

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação)
(Consulta : 29/05/2015)

TABELA 56 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2015 (JAN-ABR)
(Em US\$ Milhões)

Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen- tual (%)	Importações	Percen- tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá	1.050,87	27,47	376,53	10,76	674,34	1.427,40
2	Ponta Grossa	428,26	11,20	198,02	5,66	230,24	626,29
3	Maringá	417,86	10,92	75,99	2,17	341,87	493,85
4	Curitiba	386,67	10,11	1.087,29	31,06	-700,62	1.473,96
5	São José dos Pinhais	295,24	7,72	881,41	25,18	-586,17	1.176,64
6	Londrina	277,74	7,26	121,41	3,47	156,33	399,14
7	Araucária	167,17	4,37	546,98	15,63	-379,80	714,15
8	Telêmaco Borba	154,45	4,04	11,82	0,34	142,64	166,27
9	Cascavel	138,54	3,62	46,68	1,33	91,86	185,22
10	Marialva	102,43	2,68	6,12	0,17	96,31	108,55
11	Rolândia	102,13	2,67	6,42	0,18	95,72	108,55
12	Palotina	89,59	2,34	1,74	0,05	87,85	91,32
13	Campo Largo	76,09	1,99	88,89	2,54	-12,80	164,98
14	Cafelândia	71,23	1,86	5,05	0,14	66,18	76,29
15	Cambé	66,92	1,75	46,06	1,32	20,87	112,98
--	Total	3.825,21	100	3.500,40	100	324,82	7.325,61

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)
(Consulta em 29/05/2015)

20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

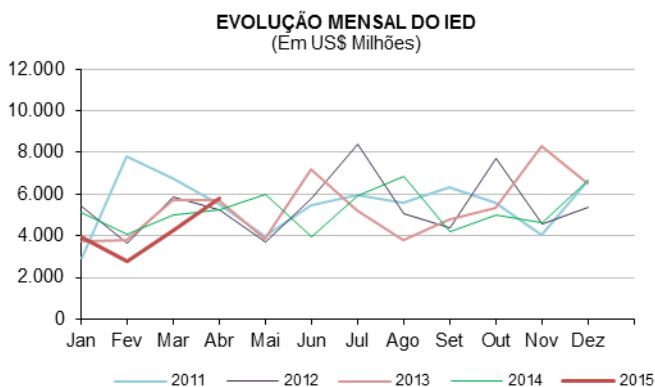
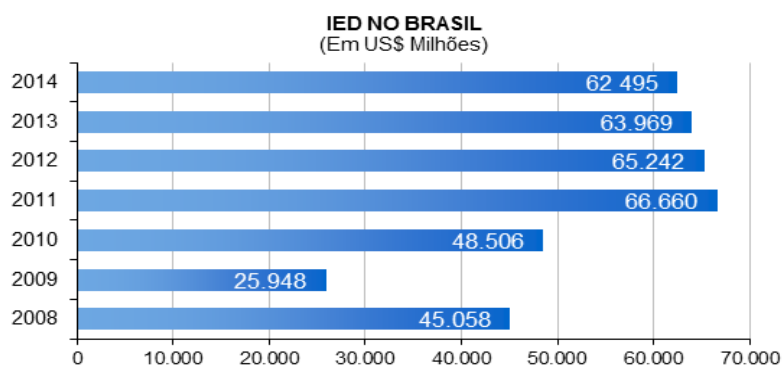
O IED do 1.º quadrimestre foi: US\$ 16,8 bilhões. Em 2014 o IED atingiu US\$ 62,5 bilhões, valor representativo da terceira queda sucessiva do IED no Brasil a partir de 2011. Poderiam comprometer a entrada de IED no país a combinação simultânea de acontecimentos como a melhora na economia dos EUA, a possibilidade de adoção pelo governo brasileiro de medidas restritivas que interfiram no rendimento dos investimentos ou ainda fatores aleatórios imprevistos, inclusive os de conotação política. A recente deterioração da credibilidade da economia brasileira no resto do mundo, e a teia de fatos relacionados à Petrobrás, inclusive a queda em 2015 do grau de investimento para grau especulativo estão prejudicando uma superação.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar produtos, e melhorar produtividade. Considera somente o capital externo produtivo, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do capital especulativo, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que tem um imediatismo quanto ao retorno, ou seja, não permanecendo por longo prazo. Com uma crise, sai do país, sem gerar empregos, produtos ou serviços.

As expectativas de crescimento do IED em 2014 foram comprometidas por limitações econômico-políticas no país, mais a melhora na economia dos EUA, saída de aplicações da BOVESPA, mais o comprometimento da credibilidade da economia brasileira. Essa credibilidade teve rápida deterioração, ressaltando-se o PIB de 2014 próximo a 0,5%.

Em 2010-2011, houve grandes investimentos automotivos de instalação ou ampliação, com financiamento do BNDES e uma teia de incentivos fiscais concedidos pelos estados sedes.. Até 2011, o IED cresceu ano a ano, associado à confiança do exterior e o PIB de 7,5% em 2010. Em 2009, a exceção foi a queda expressiva associada à crise nos EUA e repercussões no Brasil.

TABELA 57 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL		
Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual (%)
2005	15.066	-16,97
2006	18.822	24,93
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
Mar	4.977	22,80
Abr	5.233	5,14
Mai	5.963	13,96
Jun	3.924	-34,19
Jul	5.898	50,31
Ago	6.840	15,96
Set	4.214	-38,39
Out	4.979	18,15
Nov	4.644	-6,72
Dez	6.650	43,18
2015*	16.766	-13,42
Jan	3.968	-40,33
Fev	2.769	-30,22
Mar	4.263	53,95
Abr	5.777	35,51



Fonte: www.bcb.gov.br - (Economia e Finanças - Notas econômico financeiras para a imprensa - Setor Externo - Quadro XV) (Consulta em 01/06/2015)

(*) Dados preliminares; Acumulado no Ano.

21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

A dívida externa brasileira total é o somatório das dívidas do setor público (governos: federal, estaduais e municipais, mais Distrito Federal e empresas públicas) e do setor privado. Os números disponíveis apontam até abril de 2015, uma dívida de médio e longo prazo de 82,05%, muito superior à de curto prazo: 17,95%, situação que contribui para reduzir a pressão para pagamentos.

Em 2014, houve aumento da dívida em relação à existente no ano anterior: em dezembro/ 2013 era US\$ 312 bilhões que sobe para US\$ 347,6 bilhões dezembro de 2014. A dívida de curto prazo corresponde a 15,71% do total; a de médio e longo prazo atinge 84,29 %. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade no pagamento e renegociações.

Os dados da dívida de curto prazo de 2011/ 2012 (comparados a 2010) apontam redução expressiva; em 2014, cresce bastante. A dívida de médio e longo prazo para 2011/2012 cresceu bastante mas cai percentualmente em 2014. Para isso contribuiu juros menores no exterior, pois os tomadores de empréstimos buscam o menor custo do mesmo. A administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central, indica condições consistentes para desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo que grande, não indica necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar captação de recursos que sejam necessários e importantes para o setor público ou empresários do setor privado mas, desde que utilizados dentro de uma gestão financeira eficiente podem ser perfeitamente justificáveis.

TABELA 58 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2007	38.901	20,13	154.318	79,87	193.219
2008	36.444	18,37	161.896	81,63	198.340
2009	30.972	15,62	167.220	84,37	198.192
2010	56.450	22,12	198.734	77,87	256.804
2011	39.040	13,13	258.310	86,87	297.349
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015*	63.037	17,95	288.065	82,05	351.102

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 01/06/2015) (*) Dados de abril – 2015

21.1. Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para 2008-2013, conforme o Banco Central, está distribuída na Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2008 - 2013 é, na média, responsável por mais da metade dessa dívida. O período 2011-2013 mostra forte inversão de tendência comparada a 2008-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2013, mostra o setor privado devendo 61,5, quase o dobro do setor público. A dívida privada cresceu muito a partir de 2010, sob estímulo dos baixos juros no exterior e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais mais as estatais.

TABELA 59 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA			
Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
2008 (1)	46,9	53,1	100
2009 (2)	51,8	48,2	100
2010 (3)	45,0	55,0	100
2011 (4)	37,2	62,8	100
2012 (5)	36,3	63,7	100
2013 (6)	38,5	61,5	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2008 do Banco Central do Brasil (p.153). (2) Boletim Anual – 2009 do Banco Central do Brasil (p.142). (3) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (4) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (6) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121)

22. RESERVAS CAMBIAIS

O ano de 2015 aponta em maio um saldo de reservas de US\$ 372 bilhões, bastante inferior ao existente no período maio a agosto de 2014, que atingiu média mensal acima de US\$ 379 bilhões.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico. O "lastro cambial" revela disponibilidade de elevado estoque de divisas no BC, atuando como um colchão amortecedor desde o início da crise mundial de 2008, e permite ao Brasil maior credibilidade no mercado externo, manter o "grau de investimento" obtidos em 2008 e 2009 e ampliar entrada de capital externo. Essa importância pode ser avaliada a partir das restrições às importações da Argentina- carente de divisas- que vem afetando produção e demanda internas.

O **grau de investimento** da economia permanece, apesar do corte da nota da dívida do Brasil de "BBB" para "BBB-" pela agência de classificação de risco *Standard and Poor's*. A redução da nota pelas agências de classificação de risco significa que o acesso a crédito será menor e os juros pagos serão maiores. No entanto, a nota do Brasil é a maior das economias emergentes e, no atual cenário global, é um país que ainda vale o risco para os investidores.

Uma parcela dos US\$ da reserva cambial é especulativa, por conta dos juros maiores pagos pelos títulos do governo, comparados à remuneração em outros países. É um volume de divisas importante para a economia brasileira, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o "capital especulativo" volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, em função de um distúrbio no mercado externo poderá, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de alta entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações.

TABELA 60 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS (Em US\$ Milhões)		
Período	Reservas Cambiais no Banco Central (1)	Varição Sobre o Período Anterior (2)
2005	53.799	1,60
2006	85.839	59,60
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
Mar	377.916	0,40
Abr	377.855	-0,02
Mai	379.171	0,35
Jun	380.001	0,22
Jul	379.880	-0,03
Ago	379.263	-0,16
Set	376.164	-0,82
Out	376.033	-0,03
Nov	375.626	-0,03
Dez	374.051	-0,42
2015	--	--
Jan	372.665	-0,37
Fev	372.496	-0,05
Mar	372.130	-0,10
Abr	372.510	0,10
Mai	372.071	-0,12

Evolução das Reservas Cambiais (*)
(US\$ milhões)

